



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**DANIANNE FERNANDES REZENDE NASCIMENTO**

**EMPREGABILIDADE DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO SERGIPANO:  
CRIAÇÃO DE UM DISPOSITIVO NATO- DIGITAL COMO FACILITADOR DA  
GESTÃO DA INFORMAÇÃO**

**SÃO CRISTÓVÃO-SE  
2024**

**DANIANNE FERNANDES REZENDE NASCIMENTO**

**EMPREGABILIDADE DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO SERGIPANO:  
CRIAÇÃO DE UM DISPOSITIVO NATO- DIGITAL COMO FACILITADOR DA  
GESTÃO DA INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Sergipe, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para obtenção do título de Mestre em Gestão da Informação e do Conhecimento.

Orientadora: Profa. Dra. Germana Gonçalves de Araújo

**SÃO CRISTOVÃO-SE  
2024**

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N244e	<p>Nascimento, Dalianne Fernandes Rezende. Empregabilidade de jovens no mercado de trabalho sergipano: criação de um dispositivo nato-digital como facilitador da Gestão da Informação. / Dalianne Fernandes Rezende Nascimento. - São Cristóvão, 2024. 108 f. : il. ; color.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Germana Gonçalves de Araújo. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência da Informação) Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2024.</p> <p>1. Ciência da Informação. 2. Educação. 3. Empregabilidade. 4. Jovem aprendiz. 5. Dispositivo nato-digital. I. Araújo, Germana Gonçalves de, orient. II. Título.</p> <p>CDU 658.3 (813.7) CDD 020</p>
-------	--

**DANIANNE FERNANDES REZENDE NASCIMENTO**

**EMPREGABILIDADE DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO SERGIPANO:  
CRIAÇÃO DE UM DISPOSITIVO NATO-DIGITAL COMO FACILITADOR DA  
GESTÃO DA INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Sergipe, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para obtenção do título de Mestre em Gestão da Informação e do Conhecimento.

Data da defesa: 13 / 12 / 2024

Avaliação: APROVADA

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Germana Gonçalves de Araújo**  
(Orientadora - PPGCI/UFS)

---

**Profa. Dra. Maria Conceição Melo Silva Luft**  
(Membro titular externo - PROPADM/UFS)

---

**Prof. Dr. Pablo Boaventura Sales Paixão**  
(Membro titular interno - PPGCI/UFS)

*“Eu acredito na força da educação, mas, acredito também que o homem deve ter um trabalho que o dignifique. Educação e trabalho são os pilares que sustentam a verdadeira liberdade”.*

*Ariano Suassuna*

## AGRADECIMENTOS

Nesse momento tão especial não poderia deixar de começar agradecendo a Deus, que me permitiu chegar até aqui, que ilumina meus caminhos, abre portas, coloca pessoas maravilhosas que me apoiam em tudo que resolvo abraçar.

Este trabalho não seria possível sem o apoio e acolhimento de minha família, de minha mãe amada e querida, Aldenora, mulher guerreira, perseverante, uma verdadeira pernambucana arretada, de minha irmã Nathacha, mulher também forte, amiga de todas as horas, que sabemos que fazemos parte da vida uma da outra, por meio de um amor e amizade de outras vidas.

Ao meu filho, Netinho, um dos motivos pelos quais levanto todos os dias com força para a vida, para o trabalho e para os estudos, um menino doce, compreensível, por quem nutro o amor mais puro e profundo de minha alma.

Também agradeço a Deus pela presença de minha sobrinha Elouise em nossas vidas, uma menina super inteligente e que eu amo como filha.

Quero abrir um capítulo aqui, em agradecimento ao meu namorado Henrique, pessoa maravilhosa, generosa, que me incentiva e com quem, entre beijos e abraços, caminhamos juntos.

Também quero deixar aqui minha eterna gratidão a uma amiga que acreditou em mim, antes mesmo da inscrição na seleção deste Mestrado, a qual me disse: “Vá, você é capaz, acredito em você!”. Minha querida Vanderléa, ou simplesmente Léa, que me ajudou até o fim.

Agradeço também à minha orientadora Germana, leve, sorridente, por todo apoio, paciência e colaboração no meu trabalho, para que esse dia fosse possível.

Deixo registrado aqui também, meus agradecimentos à universidade pública, gratuita e de qualidade, que me permitiu realizar esse curso de Mestrado. À minha turma, que sempre foi muito unida, colaborativa, um tentando ajudar o outro. Agradeço ao meu Departamento PPGCI/UFS e a todos os Professores que me ensinaram mais que conteúdos: trouxeram saberes e experiências valiosas de vida.

Agradeço aos meus queridos amigos e colegas de trabalho, que perseveraram junto comigo, com quem trocamos ideias, compartilhamos sentimentos e também nos emocionamos e damos muitas risadas juntos em nossos cafés. Agradeço também, aos estimados alunos: vocês moram em meu coração e me ensinam muito, e ao SENAC/SE, instituição a qual trabalho e me permitiu desenvolver este trabalho.

Enfim, a trajetória foi árdua, cheia de aprendizados e me sinto muito feliz e orgulhosa de estar aqui. Muito Obrigada!

## RESUMO

O propósito principal deste estudo é criar um dispositivo de comunicação nato-digital para estabelecer relação entre o empregador e o jovem aprendiz, com orientações sobre a Lei da Aprendizagem e que também pode ser utilizado como material didático em sala de aula. A referida Lei nº 10.097/2000 contempla jovens de 14 a 24 anos incompletos. A relação existente entre a empregabilidade de jovens aprendizes e a Ciência da Informação é um campo de estudo emergente que destaca a importância da gestão do conhecimento e das competências informacionais no mercado de trabalho contemporâneo. Para alcançar esse objetivo, foi utilizada uma abordagem por observação participante no trabalho diário da autora, em sala de aula e pesquisa bibliográfica. Ou seja, trata-se da articulação dos saberes teóricos com a experiência empírica. Os resultados obtidos por meio de reflexões ao longo da pesquisa, indicam que tem havido aumento na oferta nos cursos de qualificação profissional, mas ainda existem barreiras a serem vencidas, como a ampliação de vagas de trabalho a esses jovens. A conclusão ressalta a importância de desenvolver estratégias integradas que abarquem educação, treinamento prático, ampliação de políticas públicas e o envolvimento e acompanhamento das famílias. Por meio da criação do produto nato-digital, que conclui esta dissertação de mestrado, buscou-se um mecanismo que também pode ser utilizado como material didático em sala de aula, como fora dela. Este estudo busca contribuir para a compreensão dos desafios enfrentados pelos jovens e oferecer informações sobre a lei da Aprendizagem às empresas contratantes para a empregabilidade juvenil, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Sergipe.

**Palavras-chave:** Ciência da Informação. educação. empregabilidade. Jovem Aprendiz.

## ABSTRACT

The main objective of this study is to create a native-digital communication device to establish a relationship between the employer and the young apprentice, with guidelines on the Apprenticeship Law and which can also be used as teaching material in the classroom. The aforementioned Law No. 10.097/2000 covers young people aged 14 to 24 years old. The relationship between the employability of young apprentices and Information Science is an emerging field of study that highlights the importance of knowledge management and information skills in the contemporary job market. To achieve this objective, a mixed approach was used, through observation, participation in the author's daily work in the classroom and bibliographical research. In other words, it is the articulation of theoretical knowledge with empirical experience. The results obtained through reflections throughout the research indicate that there has been an increase in the supply of professional qualification courses, but there are still barriers to be overcome, such as the expansion of job openings for these young people. The conclusion highlights the importance of developing integrated strategies that encompass education, practical training, expansion of public policies, and the involvement and monitoring of families. Through the creation of the native-digital product, which concludes this master's dissertation, we sought a mechanism that can also be used as teaching material in the classroom, as well as outside it. This study seeks to contribute to the understanding of the challenges faced by young people and to offer information about the Apprenticeship Law to hiring companies for youth employability, contributing to the socioeconomic development of the State of Sergipe.

**Keywords:** Information Science. education. employability. Young Apprentice.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Quadro comparativo entre GI e GC .....	31
<b>Quadro 2</b>	Procedimentos metodológicos alinhados aos objetivos da pesquisa .....	47
<b>Quadro 3</b>	Análise SWOT do SENAC/Aracaju .....	54
<b>Quadro 4</b>	Plano de ação para o produto .....	59
<b>Quadro 5</b>	Ficha técnica do produto .....	63

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Simulação da visualização do produto em telas .....	60
<b>Figura 2</b>	Capa do produto .....	62

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b>	Turma de Aprendizagem em Serviços Administrativos do SENAC/SE .....	50
-----------------	---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP	Comitê de ética em Pesquisa
CI	Ciência da Informação
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CONJUVE	Conselho Nacional da Juventude
EAD	Ensino a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
GI	Gestão da Informação
GC	Gestão do Conhecimento
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAI	Lei de Acesso à Informação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCD	Pessoa com Deficiência
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNJ	Política Nacional da Juventude
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PPGCI	Pós-graduação em Ciência da informação
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PTD	Planos de Trabalho Docente
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SGBD	Sistemas de Gerenciamento de Banco Dados
SIC	Sociedade da Informação e do Conhecimento
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1	Tema, motivação e problema de pesquisa .....	14
1.2	Objetivos .....	16
1.3	Objetivo Geral .....	16
1.4	Objetivos específicos .....	16
1.5	Justificativa .....	16
<b>2</b>	<b>REFERENCIALTEÓRICO</b> .....	<b>18</b>
2.1	Contextualização histórica da Lei de Aprendizagem: o pano de fundo do produto nato-Digital .....	18
2.2	Ciências da informação e a formação profissional dos jovens .....	23
2.3	Gestão da Informação e do Conhecimento .....	28
2.4	Como a informação pode contribuir com a empregabilidade de jovens .....	35
2.5	Cultura Organizacional .....	38
2.6	Lei de Aprendizagem, políticas públicas e a inserção do jovem aprendiz no mercado de trabalho .....	40
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>45</b>
3.1	Classificação da pesquisa .....	48
3.2	Local da intervenção .....	49
3.3	Instrumentos de pesquisa .....	51
3.4	Considerações éticas .....	52
<b>4</b>	<b>RESULTADOS DA INTERVENÇÃO E DISCUSSÃO</b> .....	<b>53</b>
4.1	Análise SWOT do SENAC/SE – (Eixo Gestão e Negócios – Aprendizagem) .....	53
<b>5</b>	<b>PRODUTO NATO-DIGITAL COM VALOR DE INCLUSÃO AOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO SERGIPANO</b> .....	<b>58</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>64</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>66</b>
	<b>APÊNDICE A – Termo de Autorização e Existência de Infraestrutura</b> .....	<b>72</b>
	<b>APÊNDICE B - Produto da Dissertação</b> .....	<b>73</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A empregabilidade de jovens no mercado de trabalho é um tema de relevância crescente no Brasil, especialmente diante dos desafios econômicos e sociais enfrentados pelas novas gerações, tais como, o desemprego, endividamento precoce, custo de vida elevado, desigualdade de oportunidades, problemas de saúde mental, discriminação e preconceito, impacto da desinformação. A Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000) surge como um importante instrumento de política pública, estabelecendo diretrizes para a inserção de jovens aprendizes no mercado de trabalho formal. Essa legislação, ao exigir que empresas de médio e grande porte contratem um percentual de aprendizes, visa promover oportunidades de capacitação e experiência profissional para adolescentes e jovens proporcionando-lhes melhores perspectivas de inserção e permanência no mercado.

No Estado de Sergipe, a formação de jovens aprendizes tem suas raízes na Consolidação de políticas públicas, voltadas à capacitação profissional, com destaque à Lei da Aprendizagem e ao Decreto nº 5.598/2005, marcos normativos que estabeleceram a obrigatoriedade de contratação dos jovens de 14 a 24 anos incompletos por empresas de médio e grande porte. Em nosso estado essa implementação ganhou força com a parceria entre as instituições do Sistema S, como SENAC, SENAI, além da atuação de órgãos fiscalizadores, como o Ministério do Trabalho, para assegurar o cumprimento da legislação e promover a qualificação profissional de jovens no estado.

Nesse contexto, torna-se fundamental não apenas promover a aplicação da Lei da Aprendizagem, mas também facilitar o acesso a informações claras e organizadas sobre suas diretrizes. Nessa perspectiva, o produto nato-digital criado neste trabalho, surge com o objetivo de propiciar acesso ao fluxo informacional por reunir em um único objeto editorial, conteúdo que possa ampliar o fluxo de informações, expandir a conscientização sobre essa Lei e conseqüentemente potencializar a empregabilidade dos jovens no mercado de trabalho sergipano.

Este trabalho faz parte do programa de Mestrado de modalidade Profissional, se inicia com uma parte teórica a respeito do objeto de estudo, tratando do tema, da motivação, seus objetivos e justificativa. Na segunda parte, é abordado o referencial teórico, a partir da Ciência da Informação, alcançando alguns aspectos da empregabilidade dos jovens, prosseguindo com os conceitos de gestão da informação

e gestão do conhecimento, e sobre como a informação pode auxiliar os jovens aprendizes a compreenderem seus direitos e deveres.

Em seguida, se analisa a metodologia de trabalho, aqui classificada como observação participante, seguindo-se um panorama histórico e normativo, do trabalho de jovens aprendizes, inclusive no âmbito do SENAC de Sergipe. A partir do diagnóstico e da análise SWOT, e posteriormente é apresentado o Produto nato-digital, que é o objetivo final do trabalho. Por fim são apresentadas as conclusões finais.

### **1.1 Tema, motivação e problema de pesquisa**

Com a proposta de levar informações sobre a Lei da Aprendizagem, aos envolvidos e a importância do engajamento da sociedade, no incentivo à inclusão, por meio da formação e desenvolvimento profissional, além de abordar a possibilidade de manutenção dos jovens no mercado de trabalho, pretende-se implantar o produto editorial nato-digital como um instrumento informacional de ampla divulgação. Com efeito, as normas legais frequentemente não são de conhecimento da sociedade, apesar do disposto no Art. 3º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: “Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece” (Brasil, 2022).

Ressalta-se que, caso a empresa não cumpra a cota mínima de contratação de aprendizes, ela poderá ser autuada e penalizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de acordo com o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na Lei 10.097/2000, com multa que varia de R\$ 402,53 (quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e três centavos) a R\$ 2.012,66 (dois mil, duzentos e doze reais e sessenta e seis centavos), dependendo do caso, podendo ser aplicada em dobro em caso de reincidência. Apenas as micro e pequenas empresas estão isentas dessa obrigação de contratação, ou aquelas cuja natureza seja incompatível com a aprendizagem. Dessa forma, entende-se que as áreas de Educação, Conhecimento e Formação profissional estão em harmonia com a formação acadêmica e atuação profissional desta pesquisadora, que atua na área educacional com jovens aprendizes desde 2014 no SENAC do Estado de Sergipe, na filial de Aracaju, compartilhando conhecimentos técnicos e vivenciando as experiências de vidas, sentimentos, desejos e sonhos de seus alunos, numa busca incessante por realizações e crescimento

pessoal e profissional desses jovens.

A vivência em sala de aula com alunos dos cursos de Aprendizagem do SENAC/SE revelou-se um poderoso motivador para esta dissertação de mestrado. Ao longo dos anos, pôde-se observar de perto as dificuldades que muitos jovens enfrentam, no que tange, por exemplo, a uma escuta sensível, a uma troca significativa na relação professor e aluno. Percebeu-se que, e que utilizando-se de ferramentas adequadas de ensino, pode-se colaborar significativamente no direcionamento de escolhas profissionais.

Percebe-se a importância da disseminação da informação sobre a Lei da Aprendizagem, sua aplicação, com o intuito de ampliar o acesso da informação aos jovens ao mercado de trabalho, porque em geral os próprios alunos ingressantes desconhecem, completamente, seus direitos e deveres correlatos, e sabe-se que a formação integral do aluno é um dos pilares da educação, ou seja, a missão da escola vai além de transmitir conhecimentos acadêmicos e sim ajudar na formação cidadã, com a construção de valores éticos, pensamento crítico, o desenvolvimento da responsabilidade social, o respeito às diferenças e a diversidade. O que dizer então daqueles que potencialmente se engajariam no Programa da Aprendizagem?

Essa Iniciativa do projeto nato-digital visa a lhes impulsionar à experimentação das vantagens do primeiro emprego e do início de suas trajetórias profissionais, aproximando-os da socialização em meios públicos e organizacionais, contribuindo para a autoestima e dignidade desses jovens, que têm muitas capacidades a serem descobertas e desenvolvidas.

Nesse contexto, a pesquisa parte de questões que podem ser apontadas como algumas barreiras existentes que impedem ou dificultam a participação efetiva de aprendizes com ou sem deficiências nos programas de aprendizagem, como por exemplo, a falta de informação sobre A lei 10.097/2000, destacando os fatores que contribuem para a lacuna observada. Ao compreender essas limitações, será possível desenvolver estratégias e propostas que facilitem a inclusão desses jovens no mercado de trabalho, contribuindo para a redução das disparidades e promovendo uma sociedade mais inclusiva e equitativa. De toda forma, o conhecimento prévio das “regras do jogo” é pressuposto e requisito essencial para o desenvolvimento e ampliação do projeto de inclusão e empregabilidade dos jovens trabalhadores aprendizes.

Com efeito, em face disso, o cerne desta dissertação é exatamente sobre

como facilitar a gestão das informações da Lei da Aprendizagem.

## **1.2 Objetivos**

Os objetivos da pesquisa foram elaborados para orientar o processo da investigação delineando as metas a serem alcançadas para validar a mesma.

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Criar um dispositivo de comunicação nato-digital para estabelecer relação entre o empregador e o Jovem aprendiz, com orientações sobre a Lei da Aprendizagem, e que também pode ser utilizado como material didático em sala de aula.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

Os objetivos específicos estão a seguir alinhavados, na forma de tópicos:

- Refletir, a partir das experiências cotidianas em sala de aula da pesquisadora, junto aos jovens aprendizes, os principais problemas de inserção e não inserção e permanência profissional dos jovens no mercado de trabalho local.
- Reunir as leis específicas atualizadas e contextualizadas, Lei 10.097/2000, para compor as informações disponíveis no produto.
- Agrupar elementos necessários para elaboração de um produto nato-digital com foco na disseminação da informação da Lei da Aprendizagem, visando a atingir os públicos interno e externo.

## **1.3 Justificativa**

A escolha do tema: “Empregabilidade de jovens no mercado de trabalho Sergipano: criação de um dispositivo nato-digital como facilitador da gestão da Informação” justifica-se pela relevância social, econômica e educacional, pois, colabora com a inserção e manutenção dos jovens no mercado de trabalho, especialmente em um contexto marcado por transformações e exigências de

qualificação profissional.

De acordo, com Pastore (2011), existe uma grande importância da elaboração de estratégias e investimentos em educação para se aumentar a possibilidade de oportunidades de trabalho e renda entre os jovens. Portanto, entende-se que este trabalho vem apresentar questões relevantes para o paradigma da inclusão dos jovens no mercado de trabalho proporcionando um produto que possa auxiliar ao acesso destes jovens às vagas de trabalho em Aracaju/SE.

Dessa forma, o tema é atual e de relevância social, situa-se na Ciência da Informação (CI) porque vem contribuir com estudos sobre acessibilidade, inclusão social e cultural nos espaços de informação, comunicação da informação, diversidade, inclusão nos ambientes informacionais e empregabilidade. O referencial teórico que fundamentou a pesquisa foi construído com base nos principais autores que atuam na temática nas vertentes da educação, informação, conhecimento, inclusão e empregabilidade.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Contextualização histórica da Lei de Aprendizagem: o pano de fundo do produto nato-Digital.

Numa sociedade caracterizada pela era da informação e do conhecimento, pois estamos falando em relações, conhecimento e trabalho estabelecidas no ano de 2024, muito comumente interligadas pela *internet*, redes sociais e afins, o acesso e uso da informação são indispensáveis para impulsionar o bem social e moldar um futuro mais inclusivo e solidário. Nesse sentido, facilitar o acesso aos recursos, às ferramentas necessárias, à qualificação e à formação, com uma linguagem acessível, uma escuta sensível e ativa, e assim, colaborar para que os jovens trabalhadores possam ocupar espaços no mercado de trabalho, deve ser uma prioridade, englobando a participação de todos os segmentos da sociedade, de forma a reduzir as desigualdades e criar oportunidades reais de inclusão.

Este foi o objetivo desta dissertação, inserida em um Mestrado de natureza profissional, que se conclui pela apresentação do produto nato-digital. Tendo em vista que, a juventude, na condição de componente dinâmico e influente do meio social, desempenha um papel de protagonismo na transformação de um cenário caracterizado por inovações tecnológicas, tendo em vista que a todo instante, observa-se a implantação de novos *softwares*, sistemas, equipamentos eletrônicos de última geração, criação de bancos de dados, aplicativos e afins.

Para atingir objetivos, como o acesso às tecnologias, à informação, à qualificação e construção do conhecimento e assim de fato, a equidade na concorrência para ocupação das vagas de trabalho disponíveis, é imperativo que políticas públicas sejam implementadas visando a fortalecer o atendimento dessas necessidades, promover a inclusão e salvaguardar os direitos constitucionais de todos os cidadãos. Os programas de Jovens Aprendizes se enquadram nessa dinâmica.

Ao apoiar a juventude por meio dessas iniciativas, pode-se catalisar uma mudança expressiva em direção a uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável. O objetivo desta dissertação consiste, pois, em analisar a situação dos chamados “Jovens Aprendizes”, as normas que regem sua situação, frequentemente ignorada por esse mesmo público - alvo, por empregadores e pela sociedade em geral

Nessa perspectiva, a educação, conforme visionada de forma inclusiva por

Paulo Freire (1996), continua a ser o pilar insubstituível para uma nação, desempenhando um papel elementar na formação cidadã e no desenvolvimento social. No entanto, ao longo da história, quase sempre as condições foram desfavoráveis para esse campo vital. Desafios e obstáculos têm marcado o percurso da educação, destacando a necessidade constante de superar adversidades e promover práticas pedagógicas inclusivas que atendam às diversidades presentes na sociedade.

No início do século XX, novos ventos sopraram para a necessidade de formação profissional entre o setor jovem da sociedade brasileira. O então, Presidente da República, Nilo Peçanha, assinou o Decreto nº 7.566 em 23 de setembro de 1909 pelo qual foram criadas as chamadas “Escolas de Aprendizes e Artífices”. Naquela norma, foi previsto, em seu Art.1º o seguinte:

Em cada uma das capitais do Estado da República, o Governo Federal manterá por intermédio do Ministério da Agricultura, Industria e Comercio uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário e gratuito (Brasil, 1909, art. 1º).

Nesse período, foi adotado um currículo uniforme, com diretrizes pedagógicas e práticas, por meio de oficinas e ensinamentos técnicos, para áreas como a carpintaria, mecânica, marcenaria e eletricidade, com o objetivo de formar trabalhadores para atuar no desenvolvimento industrial e artesanal, além, das aulas de português e matemática, porém, sem observar as peculiaridades de cada região.

No conjunto das dezenove escolas estabelecidas na ocasião, em todo o território brasileiro, destacaram-se Bahia, Pernambuco, Ceará e Paraíba. Em Sergipe a Escola de Aprendizes e Artífices somente foi instalada em 1919. Essas instituições, direcionadas para a formação de operários e contramestres, tinham como objetivo qualificar jovens das classes mais baixas para atender às demandas do mercado de trabalho. Entretanto, como dito, essa abordagem nem sempre contemplava as necessidades específicas de cada região, o que poderia limitar a eficácia do processo educacional em certos contextos, como por exemplo, na relação de vagas de trabalho disponíveis e a disposição de cursos ofertados de acordo com a formação exigida.

Vale ressaltar, que já havia a Lei nº 5.452 de 1923, conhecida como Lei Elói Chaves, que foi um marco para a criação da previdência social no Brasil. Também em 1932, o Decreto nº 22.042 estabelecia algumas regras de trabalho para menores,

limitando a idade mínima para o trabalho em fábricas para 14 anos<sup>1</sup>.

Sua doutrina e estilo político, conhecidos como “Getulismo” ou mais frequentemente como “Varguismo”, foram caracterizados por uma abordagem que enfatizava o desenvolvimento nacional. Esse desenvolvimento era alcançado por meio da colaboração entre diferentes classes sociais, buscando harmonizar os interesses de trabalhadores, empresários e o governo.

Essa colaboração pretendia criar uma base sólida para o crescimento econômico e social do país, promovendo reformas e implementando políticas que visavam modernizar as estruturas econômicas e sociais do Brasil. O objetivo era fomentar uma economia mais robusta e inclusiva, ao mesmo tempo em que se fortalecia a coesão social, superando as contradições e lutas de classe, inclusive com medidas corporativas, como era o caso dos sindicatos atrelados ao Estado.

A Constituição de 1937, em seu artigo 129, abordou a educação profissional e industrial, destacando a responsabilidade do Estado na sua implementação, estabelecendo que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam fundar escolas de aprendizes em suas áreas de atuação.

Posteriormente, a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, transformou as escolas de aprendizes e artífices mantidas pela União em Liceus Industriais e criou novos Liceus para expansão nacional. Conforme o artigo 37 desta Lei, esses Liceus deveriam oferecer “ensino profissional, de todos os ramos e graus” (Brasil, 1937).

A Lei dispõe que essa execução poderia ser feita diretamente pelo Estado ou mediante concessões a empresas privadas, desde que observadas as regulamentações impostas para garantir a qualidade e a adequação dos serviços prestados. Sendo implantada também aqui em Sergipe.

A partir de 1942, ainda na Era Vargas, houve a regulamentação do ensino profissionalizante propriamente dito, por meio do Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, conhecida como “Lei Orgânica do Ensino Industrial”, a qual definiu que essa modalidade de ensino seria ministrada em dois ciclos: o primeiro que abrangeria o ensino industrial básico, o ensino de mestria, o ensino artesanal e a aprendizagem; e o segundo ciclo, compreendendo o ensino técnico e o ensino

---

<sup>1</sup> Em 1937, foi outorgada a Constituição Federal no governo de Getúlio Vargas, em sua fase autoritária. Getúlio, governou em seu primeiro período de 1930 a 1945, e que compreendeu três fases, por conseguinte, de 1937 a 1945, como ditador, após um golpe de Estado. Já no segundo período, eleito por voto direto, governou o Brasil por três anos e meio, de 1951 a 1954.

pedagógico (Brasil, 1942a).

Evidenciando-se então a necessidade de formação profissional, surgiu o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 22 de janeiro de 1942 (Brasil, 1942b), apoiado por dois líderes industriais (e, portanto, patronais) da época: Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen, presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), respectivamente. Veja-se que essas instituições foram anteriores ao advento da própria Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída a partir do Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

Em setembro de 1942, o SENAI iniciou suas atividades, cujo principal objetivo é a formação profissional técnica industrial e tecnológico, chegando em Sergipe em 1947. O direito à profissionalização, prioritário, assume muito maior relevância, principalmente em levando-se em consideração as condições socioeconômicas ofertadas em nosso país. É dizer, constituiu uma garantia de maior empregabilidade e mesmo de ascensão social das classes trabalhadoras mais humildes<sup>2</sup>.

Ainda no contexto de criação das escolas profissionalizantes em nosso país, em 1946, por meio do Decreto-Lei nº 8.621, no dia 10 de janeiro foi instituído o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), bem como regulamentada a aprendizagem dos comerciários (Brasil, 1946a)<sup>3</sup>.

A constituição de 1946, no contexto de redemocratização, após a queda do Estado Novo, definiu que “empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores” (Brasil, 1946b, art. 168, inciso IV).

O Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, ainda vigente, não trazia em seu texto, a obrigatoriedade da inclusão de jovens com deficiências, assim como, podemos verificar em seu art. 6º, aliás restringindo o acesso de Pessoas com

---

<sup>2</sup> Aos trabalhadores será assegurada a educação profissional e industrial, a cargo de instituições especialmente organizadas e mantidas pelo Estado ou pela iniciativa particular, cabendo à União coordenação e assistência (Brasil, 1937. art.129).

<sup>3</sup> O Decreto-Lei 8.621/46 instituiu o SENAC, com o objetivo de organizar, administrar e executar atividades de formação profissional voltadas ao comércio. A instituição foi encarregada de promover o ensino profissional e técnico para trabalhadores do setor, buscando suprir a necessidade de qualificação e atualização profissional no mercado comercial brasileiro (Brasil, 1946).

Deficiência, como se percebe da leitura do artigo abaixo:

Serão admitidos os indivíduos que requererem dentro do prazo marcado para a matrícula e que possuírem os seguintes requisitos, preferidos os desfavorecidos da fortuna: idade de 10 anos no mínimo e de 13 anos no máximo; não sofrer o candidato moléstia infecto contagiosa, **nem ter defeitos que o impossibilitem para o aprendizado de ofício** (Brasil, 1909, art. 6º, grifo nosso).

No dia treze de agosto de 1947, na Associação Comercial de Sergipe, é finalmente implantada a Delegacia Regional do SENAC, junto com seu Conselho Consultivo. Na década de 1960, o SENAC - que trabalhava junto com o SESC, Serviço Social do Comércio -, tratava da Educação, sempre de forma gratuita, desde a alfabetização até o aperfeiçoamento para os filhos dos comerciários, como candidatos ao primeiro emprego. Esse, como visto, foi um passo decisivo, para o desenvolvimento da posterior Lei dos Aprendizizes.

Assim, ao longo da História, travou-se uma luta por intermédio de sindicatos, movimentos e organizações, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), para se consolidar o acesso de jovens ao mercado de trabalho, melhor preparados, e, portanto, com maiores oportunidades de inserção e remuneração.

Essas iniciativas abriram portas para o estabelecimento de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento profissional de jovens e trabalhadores, culminando, anos depois, já no século XX, na Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000). Esta Lei consagrou e regulamentou o direito dos jovens à formação técnico-profissional, fixando o compromisso de empresas e Estado na inserção de aprendizes, com o intuito de aumentar as oportunidades de emprego e garantir melhores condições para a juventude brasileira. Ela constitui, precisamente, o cerne do produto nato-digital, que conclui esta dissertação.

No entanto, embora a Lei da Aprendizagem tenha estabelecido avanços importantes na formação profissional de jovens, a implementação de políticas públicas não ocorreu sem desafios. Problemas estruturais, econômicos e sociais continuam impactando a capacidade dos jovens de acessar e manter-se em cursos de educação técnico-profissional. Essa realidade é evidenciada pelos dados mais recentes, como os do Censo do Resumo Técnico de Sergipe 2021, que revelam uma redução no total de matrículas em cursos de educação profissional nos últimos anos.

De acordo com os resultados do Censo Técnico de Sergipe 2021, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), entre 2017 e

2021, o total de matrículas em cursos de educação profissional apresentou uma redução de 8.1%, alcançando 11.880 matrículas. Especificamente, se comparar com o ano anterior, 2020, nota-se uma diminuição de 19,9% no número de alunos matriculados em cursos subsequentes ao ensino médio.

Segundo o INEP (2021), os registros da educação profissional estão concentrados principalmente na rede privada, com 39,6% das matrículas, seguida da rede federal, com 36,3% das inscrições. Verifica-se ainda que 30,1% das matrículas federais, estão na zona urbana de Sergipe. Na educação profissional, a maioria dos alunos tem menos de vinte anos, correspondendo a 45,6% do total de matrículas. Dentro desse grupo etário, as mulheres predominam, representando 52,2% das inscrições (INEP, 2021).

Observa-se também que os alunos identificados como brancos e pretos/pardos representam, respectivamente, 14,3% e 83,9% das matrículas totais no Estado. Analisando as diferentes modalidades, nota-se uma maior presença de alunos brancos na modalidade concomitante, com 24,6%, enquanto a modalidade subsequente ao ensino médio registra 87,3% de estudantes pretos/pardos. Alunos classificados como amarelos ou indígenas compõem apenas 1,8% das matrículas. (INEP, 2021).

Dessa forma, consegue-se obter um panorama da educação profissional em Sergipe, de seu desenvolvimento ao longo da história e da importância da Lei da Aprendizagem e na garantia dos direitos aos jovens aprendizes, o que nos leva a seguir ao diagnóstico da situação concreta, a partir da análise SWOT da instituição Senac de Sergipe.

## **2.2 Ciência da Informação e a formação profissional dos jovens**

Trata-se de uma ciência que conecta com diversos meios organizacionais e informativos onde o dado e a informação estejam presentes. Esse processo envolve etapas que enfatizam a organização, a contextualização e a significação desses dados. O objetivo é possibilitar que os dados brutos adquiram valor cognitivo e se tornem úteis para quem os utiliza.

No início do desenvolvimento da Ciência da Informação (CI), ainda na década de 1960, Borko a destacou como um ramo do conhecimento multidisciplinar. Segundo o autor, cuja visão se tornou clássica na área, a CI concentra-se na

construção ordenada de informações, contribuindo como suporte para o desenvolvimento do conhecimento organizacional.

A informação é concebida como um objeto independente do usuário, armazenado em um universo numérico, conforme citado no terceiro mundo de Popper (1975), onde ele engloba os conhecimentos humanos, teorias científicas, linguagens, cultura, ideias, e ainda que criados por um indivíduo, podem ser criticados, ampliados, transcendidos, permitindo que o conhecimento avance e tome uma forma própria.<sup>4</sup>

Farradane (1980, p. 75) oferece uma valiosa contribuição ao destacar que uma considerável parte da CI é de natureza cognitiva, envolvendo "[...] processos de pensamento, uma das áreas mais desafiadoras de investigação". Dentro do campo da CI, em especial em relação à tipologia dos paradigmas que a norteiam, ressalta-se o papel do paradigma social, em sua estreita relação com a cultura, regras sociais e pela Ciência.

A perspectiva de Saracevic (1996) contribui para a compreensão da CI como um campo científico, atribuindo-lhe características como interdisciplinaridade, ligação sistemática com as tecnologias de informação e participação na sociedade da informação, ele explorou a natureza multidimensional da relevância, onde abordou as diferentes formas de como ela é percebida e aplicada aos sistemas de informação.

O autor, centralizou a relevância da essência da interação entre os usuários e os sistemas da informação e as categorizou como: Relevância Sistêmica (correspondência entre uma consulta e o conteúdo dos sistemas), Cognitiva (refere-se à relevância percebida pelo usuário), Situacional (depende do contexto específico da busca, como local, tempo), e Afetiva (reações emocionais do usuário à informação).

Oliveira e Oliveira (2013) respaldam-se na tríplice caracterização proposta por Saracevic (1996), estabelecendo conexões entre a Arquitetura da Informação, compreendida como a estruturação, organização e a representação de informações em ambientes digitais, visando otimizar a interação dos usuários com sistemas e a recuperação da informação e a Ciência da Informação, de forma a facilitar a interpretação da sociedade da informação por meio da integração de tecnologias. Essa abordagem facilita a importância de atender as necessidades dos usuários,

---

<sup>4</sup> Karl Popper desenvolveu a teoria dos três mundos como parte de sua filosofia da ciência. O Mundo 1 refere-se ao mundo físico dos objetos e dos eventos; o Mundo 2 nos remete ao mundo das experiências subjetivas e estados mentais, e finalmente o Mundo 3, que abrange os produtos da mente humana, como teorias, ideias e conhecimento científico (Popper, 1975).

balanceando com as restrições tecnológicas e organizacionais.

Essa condição pode ser considerada indispensável na relação com a educação, tanto formal quanto profissionalizante, especialmente ao contribuir para a inclusão de jovens e facilitar o acesso à informação. Essa abordagem promove o aprimoramento da comunicação e fortalece a conexão desses jovens com o mercado de trabalho

Compreende-se, então, que a CI é um campo interdisciplinar que questiona de maneira especializada os quesitos informacionais da modernidade, dialogando com vários campos do conhecimento, tais como a Biblioteconomia, Arquivologia, Administração, Linguística, Psicologia, Computação e Sociologias podendo conversar como novas áreas do conhecimento que vão surgindo e moldando a doutrina do conhecimento da CI, como propósito de investigar a Informação (Oliveira; Oliveira, 2013).

Conforme justificado por Azevedo Netto (1999), esse fenômeno ocorre devido à limitação da racionalidade científica em revelar todas as facetas da realidade social, exigindo a validação de novos métodos de compreensão. Portanto, a diversidade epistemológica precisa ser considerada e relacionada aos conhecimentos para construir uma nova racionalidade social.

Assim, o autor destaca que o conhecimento sobre a sociedade pode ser abordado por diferentes perspectivas e tradições, as quais incluem: a **Perspectiva Positiva** (baseada na ideia de que a realidade pode ser conhecida de forma objetiva, científica), a **Perspectiva Hermenêutica** (focada na interpretação da realidade social, entendendo que os fenômenos sociais são construídos a partir das interações e significados das pessoas), a **Perspectiva Crítica** (influenciada pela escola de Frankfurt e pelo marxismo, propõe que o conhecimento deve servir para transformar as estruturas sociais).

A **Perspectiva Fenomenológica** (explora a percepção subjetiva dos indivíduos em relação à realidade) e a **Percepção Sistêmica** (ênfata que a realidade social deve ser vista como um sistema interconectado, onde as diversas partes, como: economia, políticas e culturais se relacionam e se afetam mutuamente) (Azevedo Netto, 1999). Portanto, o autor aponta que essas diferentes epistemologias revelam a complexidade da realidade social, e sugere que uma abordagem única seria insuficiente para capturar sua totalidade.

A interação entre a Ciência da Informação (CI) e as tecnologias, como os

Sistemas de Gerenciamento de Banco Dados (SGBD), Tecnologias de Indexação e Recuperação da Informação, Tecnologias de Preservação Digital, conforme destacado por Saracevic (1996), configura-se como um conjunto fundamental no campo da CI. Com o advento e popularização da *internet*, essa integração se intensificou, ampliando significativamente o acesso à informação e facilitando a comunicação global em tempo real.

Esse papel integrativo não se limita à CI, abrangendo diversas áreas do conhecimento, como Pedagogia e Educação, Comunicação Social, Tecnologia da Informação (TI), Psicologia Cognitiva, de modo que todas trabalhem em conjunto para garantir que o conhecimento seja produzido, organizado, acessado e utilizado de maneira eficaz em diferentes contextos e para diferentes públicos., promovendo transformações sociais profundas, como a participação cívica dos jovens, inclusão social, mudança de mentalidade, inovação e empreendedorismo, em uma sociedade que agora é predominantemente digital e informacional. Esse fenômeno marca a era da informação no contexto de uma sociedade pós-industrial, ou seja, a Sociedade Industrial que emergiu no final do século XVIII, com a Revolução Industrial, marcada pela transição de uma economia agrícola e artesanal para uma baseada em indústrias mecanizadas e produção em larga escala.

Já a Sociedade Pós industrial foi iniciada na segunda metade do século XX, a partir dos anos 1960 e 1970 com a diminuição da relevância da produção industrial pesada e a ascensão de uma economia baseada em serviços, tecnologia e informação, onde o fluxo e a gestão da informação assumem papel central no desenvolvimento social, econômico e cultural. Nessa perspectiva, as informações que foram trabalhadas nesta pesquisa, como a Lei da Aprendizagem podem ser encontradas em sites oficiais do governo, na Constituição, mas, trazê-las reunidas e atualizadas em um dispositivo de fácil acesso e com uma linguagem simplificada, pode gerar um fluxo informacional muito mais eficiente, produtivo e inclusivo.

Na Ciência da Informação (CI), há um debate contínuo, sobre sua epistemologia, metodologias e teorias, muitas vezes alvo de discordâncias. Nesse contexto, Pinheiro (2005) coloca a CI fora do círculo das ciências modernas, posicionando-a dentro do paradigma da Pós-modernidade, conceito que descreve uma era cultural, filosófica e social que se desenvolveu no final do século XX em resposta a modernidade e trouxe uma visão mais pluralista, fragmentada e cética em relação as grandes verdades universais.

Capurro (2003) defende a tese de que a CI emerge no século XX com um paradigma inicialmente físico, caracterizado por um conceito cognitivo, idealista e individualista, marcado por uma abordagem que enfatiza gestão e o tratamento da informação de maneira objetiva e técnica. Esse paradigma se concentra na organização, armazenamento e recuperação de documentos. Por conseguinte, é substituído por uma abordagem pragmática e social, que reconhece a informação como um fenômeno inserido em contextos comunicativos e sociais. Nessa visão, o foco se desloca do tratamento técnico para sua construção, circulação e uso em situações sociais.

A CI tem suas raízes em uma Teoria da recuperação de informações, destacando-se o fato de que a informação deve considerar o contexto semântico e o sentido dos dados para o usuário, colocando ênfase em como a informação é interpretada e utilizada por quem a procura (Capurro, 2003).

Torna-se claro, então, ao considerar o paradigma acima apresentado por Capurro, que essa interação está em contínuo processo de transformação, abrindo espaço para novas percepções, construções e contribuições necessárias, por meio da interpretação subjetiva e o contexto cultural do usuário, o que ele chama de abordagem hermenêutica. Esse dinamismo não apenas reflete a adaptabilidade intrínseca à CI, mas também propicia um terreno fértil para a inovação e aprofundamento do entendimento, desencadeando constantes possibilidades de enriquecimento teórico e prático. Como por exemplo, no contexto profissional dos jovens, auxiliando na busca por emprego e oportunidades, pois, jovens que aprendem a buscar informações, de forma contextualizada, conseguem interpretar melhor as vagas, entendendo quais realmente atendem às suas expectativas e habilidades.

Silva e Ribeiro (2011) sustentam a visão de que a CI está experimentando um declínio no paradigma custodial, o acesso, o uso e a disseminação da informação. Os autores defendem em seus argumentos:

A custódia e preservação devem estar vinculadas ao acesso público da informação; A materialização em qualquer suporte é um epifenômeno; O incessante e natural dinamismo informacional se opõe ao imobilismo documental; O imperativo de indagar, compreender e explicitar (conhecer) a informação social, por meio de modelos teóricos-científicos cada vez mais exigentes e eficazes (Silva; Ribeiro, 2011, p. 41).

Os autores mencionados advogam a consideração da dimensão social da informação, como um instrumento que merece ser investigado em conjunto com as

Ciências Sociais, pois, para eles é necessário entender como a informação circula e impacta as relações sociais e como os diferentes grupos sociais acessam e utilizam a informação para responder às suas necessidades.

Nunes e Paixão (2023), abordam a Ciência da Informação (CI) a partir de uma perspectiva interdisciplinar, destacando sua importância na gestão da informação e do Conhecimento em diferentes instituições como empresas, bibliotecas, arquivos e ambientes educacionais. É explorado ainda, como a CI contribui para a criação de estratégias para a organização, mediação e uso da informação, especialmente em contextos acadêmicos e institucionais, onde o acesso e a circulação do conhecimento são essenciais para o desenvolvimento intelectual e profissional. Além disso, ressaltam a importância da pesquisa acadêmica, com foco em metodologias ativas e intervenções institucionais.

Assim, os autores enfatizam que a pesquisa acadêmica é um pilar fundamental a CI, destacando a importância de metodologias ativas que envolvem o aluno e o profissional de informação em processos de ensino-aprendizagem participativos e dinâmicos, com isso, essa abordagem busca não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também intervenções institucionais que promovam a inovação e a adaptação dos processos informacionais às demandas contemporâneas (Nunes; Paixão, 2023). Fazendo-se então, uma correlação ao produto aqui criado e apresentado, a ser implantado como ferramenta de disseminação de informações na instituição SENAC/SE.

### **2.3 Gestão da informação e do conhecimento**

Na contemporaneidade, a gestão da informação e do conhecimento, desempenha um papel fundamental na formação e educação profissionalizante de jovens, especialmente no contexto de um mundo cada vez mais digital e globalizado, pois, ambas, as áreas são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades essenciais no mercado de trabalho moderno, como a capacidade de selecionar, organizar e aplicar informações de forma crítica e produtiva. Esses dois conceitos são centrais para preparar os jovens para o mercado de trabalho, pois, envolvem não apenas o acesso à informação, mas também a capacidade de transformá-la em conhecimento útil e aplicável.

A Gestão da Informação (GI) em contextos organizacionais envolve

diversas atividades destinadas a identificar as necessidades informacionais, mapear os fluxos formais de informação entre os diferentes setores da organização e prospectar, coletar, filtrar e disseminar informações de variadas naturezas. O objetivo desse processo é assegurar que as informações corretas alcancem os destinatários adequados, no momento apropriado, o que facilita a tomada de decisões, melhora a eficiência operacional e promove a inovação dentro da organização. Essas ações visam a apoiar o desenvolvimento das atividades diárias e facilitar o processo decisório nesses ambientes, conforme descrito por Valentim (2004, p. 1)<sup>5</sup>.

A Gestão do Conhecimento (GC) traduz-se num compilado de atividades que objetivam desenvolver a cultura organizacional /informacional e a comunicação também organizacional/informacional em ambientes corporativos visando estimular um espaço positivo de criação, apreensão, socialização, compreensão e utilização do conhecimento. Tem como escopo também, monitorar os fluxos de redes existentes nesses ambientes, mitigando a formalização na medida do possível. Assim, como, transformar o conhecimento tácito, desses sujeitos envolvidos, em informação explícita, de forma a contribuir para a geração de ideias, resolução de problemas e em todo o processo de alcance de decisões em ambientes corporativos (Henriques, 2003).

Isso se reflete, por exemplo, na criação de nosso produto nato - digital, cujo objetivo é transmitir conhecimento de maneira mais acessível, utilizando uma linguagem compreensível ao público jovem, aos contratantes e a sociedade como um todo, pois, o livreto, é composto de forma compilada e atualizada da principal Lei (Lei nº 10.097/2000) que trata da Aprendizagem e suas diretrizes, bem como de dúvidas frequentes, abordadas em sala por esses jovens, que poderá ser acessado como ferramenta de trabalho em sala de aula ou em qualquer lugar e a qualquer momento. Essa iniciativa busca contribuir para os jovens dos cursos de aprendizagem em Aracaju, a comunidade em geral e os grupos parceiros do Comércio Sergipano para a melhoria da empregabilidade desses jovens no mercado de trabalho.

De acordo com Valentim (2004), tanto a Gestão da Informação (GI) quanto a Gestão do Conhecimento (GC) têm a informação como objeto central, e seu

---

<sup>5</sup> Valentim (2004) define a gestão da informação como um “conjunto de processos e práticas organizacionais voltadas para a coleta, tratamento, armazenamento, disseminação e uso da informação, com o objetivo de otimizar a tomada de decisões e agregar valor à organização”.

gerenciamento ocorre em diferentes esferas.

No contexto da GI, identificamos os fluxos formais, nos quais a informação é estruturada e representada por meio do conhecimento explícito, tornando-se acessível para recuperação. Esses fluxos formais proporcionam uma base organizada e prontamente disponível para a tomada de decisões e a execução de tarefas. Portanto, para a integração da Gestão da Informação (GI) e da Gestão do Conhecimento (GC) a um produto nato-digital pode-se considerar aspectos como a organização e estruturação da informação, pois, um produto nato-digital pode aproveitar tecnologia para organizar, classificar, disseminar, esclarecer, a informação de forma que seja fácil e acessível, com uma ideia de organização em categorias lógicas, assim, como foi pensado o produto deste trabalho

Um outro aspecto de integração do produto nato-digital a GI e a GC é a recuperação e acessibilidade da informação, por meio do gerenciamento explícito e sua recuperação, que pode ser facilitada com a ajuda de ferramentas de busca inteligente, que permite uma experiência de busca mais eficiente e eficaz aos usuários, pois, encontram rapidamente as informações que precisam em um ambiente digital.

As principais diferenças entre a GI e a GC pode ser visualizada no quadro 1, a seguir.

**Quadro 1** - Quadro comparativo entre GI e GC

GESTÃO DA INFORMAÇÃO		GESTÃO DO CONHECIMENTO	
Âmbito	Objeto	Âmbito	Objeto
Fluxos formais	Conhecimento explícito	Fluxos informais	Conhecimento tácito
ATIVIDADE BASE		ATIVIDADE BASE	
Identificar demandas e necessidades de informação;		Identificar demandas e necessidades do conhecimento;	
Mapear e reconhecer os fluxos formais;		Mapear e reconhecer os fluxos informais;	
Desenvolver uma cultura organizacional positiva em relação ao compartilhamento /socialização de informação;		Desenvolver uma cultura organizacional positiva em relação ao compartilhamento /socialização de conhecimento;	
Prospectar e monitorar informações;		Criar espaços criativos dentro da corporação;	
Coletar, selecionar e filtrar informações;		Desenvolver competências e habilidades voltadas ao negócio da organização;	
Tratar, analisar, organizar, armazenar informações utilizando tecnologias de informação e comunicação;		Criar mecanismos de captação de conhecimento gerado por diferentes pessoas da organização;	
Desenvolver sistemas corporativos de diferentes naturezas visando o compartilhamento e uso de informação;		Desenvolver sistemas corporativos de diferentes naturezas visando o compartilhamento e uso do conhecimento;	
Elaborar produtos e serviços informacionais.		Fixar normas e padrões de sistematização do conhecimento;	
Fixar normas e padrões de sistematização da informação;			
<b>Proporcionar a comunicação informacional de forma eficiente, utilizando tecnologias de informação e comunicação e retroalimentar o ciclo</b>			

Fonte: Adaptado de Valentim (2004, p. 2).

Fazendo-se uma análise a partir dos conceitos de Gestão da Informação (GI) e Gestão do Conhecimento (GC) segundo Valentim (2004), pode-se observar que ambas compartilham a informação como núcleo central de seus processos, mas operam em diferentes esferas de atuação.

No contexto da GI, especialmente quando consideramos os fluxos formais de informação, o conhecimento explícito se manifesta de forma clara e estruturada. Isso se aplica diretamente ao nosso objeto de estudo, onde contratos de trabalho dos jovens aprendizes, formulários de visitas técnicas e outros documentos administrativos desempenham papel fundamental.

Esses documentos não apenas organizam o acompanhamento do desenvolvimento dos aprendizes, mas também servem como ferramentas essenciais para criar uma visão suas trajetórias. Por meio desses fluxos formais de informação, é possível estabelecer um sistema de monitoramento contínuo, onde gestores, empregadores, instrutores e os próprios educandos podem dialogar e alinhar expectativas e necessidades.

Por exemplo, os contratos que são firmados com empresas parceiras não apenas formalizam a relação de trabalho, mas também podem ser usados para criar uma rede de troca de informações, promovendo uma maior transparência e cooperação, que acontece a qualquer momento, por meio de e-mails, ligações telefônicas, relatórios produzidos pelos instrutores e as visitas técnicas<sup>6</sup>.

No tocante à GC e utilizando-se do âmbito dos fluxos informais, tendo como objeto o conhecimento tácito, podemos então, desenvolver atividades base, tais como: a construção e socialização do conhecimento entre os instrutores e seus alunos em sala de aula, a partir da preservação de um lugar de escuta sensível do instrutor, mesmo que não sistematizada, de atividades desenvolvidas, seminários, avaliações, debates e projetos inerentes aos cursos ofertados

Compreende-se então, esse conjunto como um processo estruturante, essas atividades não apenas integram de forma coesa, mas também facilitam o acesso à informação e ao conhecimento adquiridos, distribuindo-os de maneira eficaz para serem utilizados de forma significativa, com o desenvolvimento de oratória, comunicação verbal e não-verbal, pensamento crítico, além dos conhecimentos técnicos referentes a cada curso.

No prosseguimento dessa observação e como participante das dinâmicas na instituição SENAC/SE, dada a necessidade que o mercado nos aponta, em que as relações de trabalho são permeadas pelo mundo digital, fica clara, a importância da implementação de um produto-nato-digital que contribua com o fluxo das informações dentro e fora da instituição. Essa abordagem não apenas enriquece o desenvolvimento profissional desses jovens, mas também contribui para a construção de ambientes mais inclusivos e igualitários.

Ademais, a área de Administração também aborda a GC sob a perspectiva de um ambiente de aprendizagem, conhecido como "*Learning Organization*" (Alvarenga Neto; Barbosa; Pereira, 2007, p.13). Em consonância com os autores e na perspectiva de Morin, é essencial salientar a abordagem sistêmica e holística que ele propõe para compreender a complexidade dos fenômenos. Morin (1999) destaca a importância de uma visão que transcenda a fragmentação do conhecimento, promovendo uma compreensão mais integrada e contextualizada dos processos

---

<sup>6</sup> Nos formulários de visitas técnicas são avaliados aspectos globais do desenvolvimento do aprendiz, tais como socialização, comunicação, assiduidade, respeito à hierarquia entre outros aspectos.

organizacionais e de aprendizagem, a saber:

A linguagem é tão necessária à constituição, à perpetuação, ao desenvolvimento da cultura quanto à inteligência, ao pensamento e à consciência do homem; tão consubstancial ao humano do humano que se pode dizer que a linguagem faz o homem (Morin, 1999, p. 133).

Percebe-se então, que a relação da GC e um produto nato-digital é profundamente relevante, visto que esse instrumento pode ser utilizado como ferramenta de aprendizado e promover a constante troca e evolução do conhecimento.

Morin (1999), propõe a necessidade de uma visão integrada, seja nas organizações, na educação ou na sociedade favoreça a interconexão de saberes, e a adaptação às constantes mudanças e incertezas, formando sujeitos mais flexíveis e preparados para a diversidade de realidades e problemas complexos do mundo contemporâneo. Nessa perspectiva, um produto nato-digital pode ser desenhado para refletir e contribuir nessa integração, ao centralizar o conhecimento explícito como a Lei da Aprendizagem.

É nesse contexto, que o produto produzido ao final supre lacunas de divulgação e de conhecimento jurídico, esclarecendo, para os públicos interno e externo as dúvidas frequentes dos jovens e a aplicabilidade das principais leis de contratação desses aprendizes. Ele ajuda a superar a fragmentação do conhecimento, permitindo que vários aspectos do processo de aprendizado e empregabilidade sejam compreendidos de forma global e interconectada.

Nesse contexto, salienta-se que a GC sustenta a GI, e esta, por sua vez, retroalimenta a GC, estabelecendo um ciclo contínuo e interconectado, sem um ponto de partida ou final específicos. Os usuários desempenham um papel central nesses processos, primordial para a dinâmica do ciclo. Contudo, é válido destacar que alguns pesquisadores na área de CI defendem que o objeto central da disciplina é a 'informação', considerando o conhecimento ou os usuários como elementos periféricos nos estudos dessa área. Essa discussão ressalta a complexidade e a pluralidade de abordagens dentro do campo da CI.

No entanto, as pesquisas apresentadas em fóruns nacionais e internacionais contestam essa perspectiva. Se as ações destinadas a organizar, tratar e recuperar a informação têm um propósito específico, um contexto determinado e um público-alvo definido, torna-se inevitável estudar os fenômenos relacionados à

compreensão, assimilação e utilização da informação por parte dos sujeitos cognoscentes, independentemente do público em questão. A GI e a GC, ao reconhecerem essa interdependência, desenvolvem métodos e procedimentos que abrangem todos esses aspectos, refletindo a complexidade intrínseca da interação entre informação, conhecimento e indivíduos.

A área emergente de estudos, que se baseia em Ciência da Computação, Tecnologias da Informação, Sistemas de Informação e Inteligência Artificial, fornece um referencial teórico conhecido como Ciência da Informação e Dados, que permite uma abordagem mais ampla, integrada de análise de dados e sistemas de informação, explorando ainda, a relação homem máquina.

Portanto, a compreensão completa da CI requer uma abordagem que combine *insights* e métodos de diferentes áreas de estudo Como: Sistemas de Informação, Inteligência Artificial e Aprendizado de máquinas e Educação, pois, esses campos integrados oferecem um robusto suporte para uma análise mais profunda dos fenômenos e para o desenvolvimento de tecnologias capazes de interagir e se adaptar a ambientes complexos e multidimensionais.

Dixon (2000) destaca que o conhecimento é essencialmente constituído pelos vínculos de significado que as pessoas estabelecem em suas mentes entre a informação disponível e sua aplicabilidade em um contexto específico. Essa perspectiva ressalta a importância da interpretação e da contextualização da informação para a construção do conhecimento.

Nesse sentido, um instrutor sensível tem um papel fundamental, pois, ele ajuda os alunos a fazerem essas conexões entre a teoria e a prática, entre o conhecimento acadêmico e a realidade do mundo em que vivem. Esse professor deve reconhecer que o simples repasse de informações não é suficiente para gerar aprendizado significativo. Ele trabalha para facilitar a interpretação e a contextualização dessas informações, criando oportunidades para os alunos refletirem e aplicarem o que aprendem em suas realidades.

Jamil (2001) enfatiza a importância da modernização da gestão por meio da tecnologia da informação, sugerindo que a adoção de novas tecnologias estimula a otimização dos processos e promove uma gestão mais eficiente. Essa visão é especialmente relevante para o ensino a distância (EAD), onde a tecnologia da informação desempenha um papel central na criação de ambientes virtuais de aprendizagem, no acompanhamento do desempenho de alunos e na facilitação da

comunicação entre alunos e tutores ou instrutores, como é o caso do SENAC.

Davenport (1998) destaca nossa frustração contínua com a tecnologia na era informacional, argumentando que, por vezes, nosso fascínio pela tecnologia pode obscurecer o objetivo principal da informação, que é, simplesmente o de informar. Ele aponta a necessidade de uma abordagem mais equilibrada e global ao abordar essas questões.

No contexto dos jovens aprendizes, isso significa que o uso de produtos nato-digitais precisa ir além de simplesmente fornecer o acesso a conteúdos digitais: eles devem ser desenvolvidos de forma a permitir a interação significativa dos aprendizes com a informação, incentivando a construção ativa do conhecimento, por meio de metodologias que estimulem a discussão, que levem em consideração a diversidade das realidades as quais eles fazem parte, seus objetivos e anseios.

Um produto nato-digital, pode por exemplo, incorporar recursos que promovam a colaboração, a troca de ideias, a reflexão crítica e a aplicação prática do conteúdo, alinhando-se à necessidade de uma abordagem equilibrada entre tecnologia e o aspecto humano do aprendizado. No produto aqui apresentado, podemos ver isso, por meio da lógica do conteúdo selecionado e atualizado, com a preocupação de levar conhecimento que poderá ser utilizado em sala e nas empresas.

Polanyi (1968), Nonaka e Takeuchi (1997) e Sveiby (1998) categorizam o conhecimento em duas dimensões: tácito e explícito. Choo (2003) acrescenta uma dimensão essencial ao conhecimento - o conhecimento cultural, destacando a importância dos valores, normas, práticas e entendimentos compartilhados que orientam o comportamento e as interações dentro de uma organização ou grupo social. A fase de criação do conhecimento é o período em que as organizações desenvolvem ou adquirem, formam e processam informações com o intuito de gerar novos conhecimentos por meio da aprendizagem organizacional.

## **2.4 Como a informação pode contribuir com a empregabilidade de jovens**

Ao longo da evolução humana, correntes teóricas da área da Ciência da Informação, Antropologia e Sociologia abordam a transmissão de conhecimento e como sua formalização antecedeu os registros escritos, valendo-se de narrativas míticas como veículo primordial. Esse compartilhamento oral de ensinamentos desempenhou um papel essencial no desenvolvimento e no progresso das

sociedades antigas, fornecendo um alicerce sólido para a construção da sociedade contemporânea.

Essas narrativas não apenas perpetuaram conhecimentos práticos, como técnicas de sobrevivência e tradições culturais, mas também moldaram as crenças, valores e identidades das comunidades, contribuindo para a formação de uma cosmovisão coletiva. O contexto histórico desse desenvolvimento é digno de destaque, pois moldou a base estrutural e cultural que caracteriza nossa sociedade atual. Dentre esses critérios, destaca-se o ambiente social, entendido como o espaço dinâmico de interação entre pessoas.

Esse ambiente incorpora não apenas as relações interpessoais, mas também os avanços tecnológicos, as peculiaridades culturais, os costumes e outros elementos que estruturam a configuração e disseminação da informação. Assim, compreender a informação como um fenômeno social requer uma análise integral desses fatores interconectados ao longo da história. É dizer, a informação não constitui um objeto de estudo estanque, alheio ao contexto, como fato, e a outras ciências sociais, como ramo de estudo.

A dinâmica da informação envolve agentes, categorizados como emissores e receptores. Segundo Freire (2004), os emissores são responsáveis por produzir e enviar informações, enquanto os receptores são aqueles que recebem e consomem essas informações. No entanto, em um cenário contemporâneo, esse processo é percebido como fluido, porque os receptores não são apenas consumidores, mas também agentes ativos ou reativos no ciclo de produção, apropriação, transformação e envio de conhecimento. Essa mutabilidade reflete a interatividade crescente no fluxo de informações, desafiando as tradicionais categorias de emissor e receptor. Nesse contexto, pode-se por exemplo, observar as chamadas “redes sociais”, onde emissores repercutem conteúdos informativos, gerando outros, num verdadeiro *looping* de novas informações e fluxos, cujo ápice se encontra no fenômeno da chamada viralização de conteúdos (Lemos, 2010).

Além disso, tipologia dos canais desempenha um papel decisivo na circulação da informação. Os agentes produtores de informação selecionam os canais mais apropriados para disseminar suas informações, utilizando meios como jornais, revistas, periódicos científicos, livros, além de rádio, televisão, *internet*, congressos, feiras e outros eventos científicos e comerciais (Freire, 2004). Essa diversidade de canais reflete a complexidade e a abrangência dos meios pelos quais a informação é

compartilhada, ampliada pelos aplicativos de mensagens instantâneas, como *Telegram* ou *WhatsApp* na sociedade contemporânea.

O conhecimento adquirido por meio da partilha de saberes, competências e habilidades entre diversas pessoas, quando apropriado e internalizado conforme proposto por Nonaka e Takeuchi (1997), viabiliza a criação de um 'novo' conhecimento direcionado às exigências organizacionais, ou seja:

Quando as organizações inovam, elas não só processam informações, de fora para dentro, com o intuito de resolver os problemas existentes e se adaptar ao ambiente em transformação. Elas criam novos conhecimentos e informações, de dentro para fora, a fim de redefinir tanto os problemas quanto as soluções e, nesse processo, recriar o seu meio (Nonaka; Takeuchi, 1997, p. 61).

A sala de aula torna-se então, um laboratório vivo, em que se compartilham ideias, experiências vividas, sentimentos e desejos, por meio de diversas atividades, como dinâmicas de grupo – nas quais os alunos são divididos em equipes para discutir e resolver problemas práticos relacionados ao conteúdo da sala. Isso fortalece a troca de conhecimento e enriquece a compreensão de diferentes pontos de vista.

Utilizar estudos de caso baseados em casos reais ou fictícios, relacionados ao mercado de trabalho, incentiva os alunos a debaterem soluções e a aplicarem conceitos aprendidos: cada aprendiz pode trazer uma experiência vivida, o que enriquece o entendimento coletivo. Projetos em grupo, onde os alunos desenvolvem habilidades e experiências, como a pesquisa de temas, produção digital, oratória, também criam um ambiente de aprendizado mútuo e significativo.

Essa dinâmica vivenciada em sala, apoiada por ferramentas que auxiliem, todo esse processo, como é o caso do produto digital aqui apresentado, pode trazer excelentes resultados, visto que o público alvo, sente-se atraído e estimulado a participar de atividades que envolvem o mundo virtual.

Pastore (2011) defende como necessária uma combinação de fatores para que a empregabilidade dos jovens seja bem sucedida. A informação desempenha um papel fundamental na empregabilidade dos jovens em várias dimensões, como por exemplo o conhecimento de oportunidades de carreira, em diferentes setores e campos profissionais. Isso os capacita a fazer escolhas melhor fundamentadas sobre suas trajetórias profissionais, alinhando suas habilidades, interesses e metas com as demandas do mercado de trabalho. É nesse sentido, que o produto se insere, como elemento de explicitação das possibilidades dos contratos de aprendizagem, como se

verá ao final.

O conhecimento também possibilita o desenvolvimento de habilidades, por meio do acesso à informação sobre as competências valorizadas pelos empregadores, permitindo que os jovens se preparem adequadamente para as demandas do mercado de trabalho. Eles podem buscar oportunidades de educação formal e informal, treinamentos e estágios, que os ajudem a adquirir as habilidades necessárias para se destacarem em suas áreas de interesse. Não é demais notar que o mercado de trabalho, na sociedade da informação, adquiriu um dinamismo sem precedentes. Determinados sistemas de programação de computadores se sucedem, dentre os mais demandados, em processo de constante substituição.

O conhecimento de inteligência artificial, neste momento histórico, de finais de 2024, tem se apresentado imprescindível a novas vagas de tecnologia da informação. “O uso da IA está crescendo no Brasil, com aplicações que vão de aumentos de produtividade a novos desafios éticos e técnicos”, como afirma Leandro Vilar (2024, p. 25).

A informação facilita o desenvolvimento de redes profissionais, como o *networking*, permitindo que os jovens se conectem com profissionais estabelecidos em suas áreas de interesse. Tais conexões, por sua vez podem levar a outras oportunidades de emprego, promovendo uma visão mais global do mercado de trabalho. O autoconhecimento e o autodesenvolvimento também são habilidades que podem ser desenvolvidas por meio da informação, assim, os jovens podem compreender melhor a si mesmos e a seus interesses, valores e aspirações profissionais.

Entende-se assim que a informação desempenha um papel fundamental na capacitação dos jovens, para alcançarem o sucesso profissional, fornecendo-lhes os recursos e conhecimentos necessários para navegar eficazmente no mercado de trabalho e realizar seu potencial máximo. Assim, a implantação de um produto nato-digital para o trabalho com os jovens aprendizes, facilita a comunicação entre os alunos, as empresas contratantes e a comunidade, pois, simplifica o fluxo de informações e também cria um ambiente de aprendizado que impulsiona o jovem.

## **2.5 Cultura organizacional**

A Internalização é o processo em que o conhecimento explícito é

incorporado pelo conhecimento tácito, cujas experiências adquiridas em outros modos de construção de conhecimento são absorvidas pelos indivíduos, consolidando os modelos mentais ou as rotinas de trabalho comuns (Nonaka; Takeuchi, 1997).

A espiral do conhecimento representa um processo dinâmico e contínuo, onde o compartilhamento de conhecimentos pelos indivíduos não apenas enriquece a base existente, mas também propicia a criação de novos saberes. Nesse contexto, é primordial desenvolver competências e habilidades individuais e coletivas nos membros da organização, capacitando-os não apenas a absorver informações e experiências, mas também a colaborar ativamente na geração e disseminação do conhecimento inovador.

Essa abordagem promove uma evolução constante e sustentável no capital intelectual da organização, fortalecendo sua adaptabilidade e competitividade no ambiente empresarial em constante transformação. Aqui, o processo de internalização se encaixa perfeitamente. No que tange ao produto final, esta é uma ferramenta facilitadora dessa internalização, quer para os aprendizes, quer para os potenciais empregadores, ou mesmo a sociedade como um todo.

Para Valentim (2013), o fortalecimento da cultura organizacional, permeada por valores compartilhados, crenças coletivas, rituais e normas bem estabelecidas, não apenas promove um ambiente propício ao compartilhamento de conhecimentos, mas também serve como alicerce para a construção de uma identidade coletiva. Não é possível dissociar, nesse contexto, o fenômeno da internalização do processo de formação contínua das culturas organizacionais.

Ainda conforme a autora supra, essa identidade, baseada em princípios comuns e práticas colaborativas, contribui para a coesão entre os membros da organização, potencializando a efetividade das atividades de Gestão do Conhecimento (Valentim, 2013).

Ressalta-se, contudo, que o sucesso da implantação da GC somente será efetivo se as pessoas estiverem dispostas a compartilhar seus conhecimentos e a trabalhar em um ambiente em que a informação seja disseminada sistematicamente (Chidambaranathan; Swarooprani, 2015). Mais uma vez, percebemos a necessidade de um produto que apresente uma síntese acessível de informações sobre o sistema de aprendizado.

Assim, a criação de uma cultura que valoriza e incentiva a troca de saberes torna possível o estabelecimento da inovação, gerando em consequência um

processo de aprendizagem contínua dentro da empresa. O objetivo aqui é a geração de um círculo virtuoso de aprendizados.

## **2.6 Lei de Aprendizagem, políticas públicas e a inserção do jovem aprendiz no mercado de trabalho**

O Decreto nº 11.479/2023 em alteração ao Decreto nº 9.579/2018, estabelece que “Art.44: Para fins do disposto neste Capítulo, considera-se aprendiz a pessoa maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos, inscrita em programa de aprendizagem, que celebra contrato de aprendizagem, nos termos do disposto no art. 428 da Constituição das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943<sup>7</sup>.

Antes que se possa reconhecer os princípios da Lei da Aprendizagem é preciso entender as conquistas das legislações das políticas públicas e seus avanços, contextualizando a temática. Podemos destacar como marco fundamental o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal 8.069 sancionada em 13 de julho de 1990<sup>8</sup>, considerado como a principal legislação brasileira sobre os direitos da criança e do adolescente.

O ECA incorporou os avanços preconizados na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas de 1989 e que foi promulgada, pelo então presidente, Fernando Collor, em setembro de 1990, em que estabelece e reconhece em seu preâmbulo a criança como um ser especial que precisa de cuidados, atenção e proteção da família, da comunidade, da escola, do Estado, para um desenvolvimento pleno e saudável.

Conforme o Ministério do Trabalho e Emprego (2014, p. 13), o programa de aprendizagem é definido como: programa técnico-profissional que prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob orientação pedagógica de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódicas e com atividades práticas, sob a orientação pedagógica de entidade qualificada em formação técnico-profissional

---

<sup>7</sup> Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2023-2026/2023/decreto/d11479.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/decreto/d11479.htm) Acesso em: 05 nov. 24.

<sup>8</sup> Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d99710.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm) Acesso em: 05 nov. 24.

metódica e com atividades práticas coordenadas pelo empregador.

Segundo o portal do SENAC o contrato de aprendizagem é um contrato de trabalho especial, com duração máxima de dois anos, anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, salário-mínimo por hora e todos os direitos trabalhistas e previdenciários garantidos, contemplando jovens de 14 a 24 anos incompletos que estejam cursando ensino fundamental ou ensino médio (SENAC, 2024).

Pedreira (2016) destaca que somente em 2005 foi instituído no Brasil a Política Nacional da Juventude (PNJ), que trata dos princípios, normas e diretrizes para as políticas públicas voltadas a garantia da saúde, educação, profissionalização, cultura dos jovens. A partir desse marco, foi criada a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) favorecendo aos jovens “direitos a conclusão do ensino fundamental, o aprendizado de uma profissão e o desenvolvimento de ações comunitárias” (Pedreira, 2016, p. 3). As iniciativas objetivaram promover a inclusão social de jovens, garantir o acesso à educação e ao aprendizado profissional e fomentar a participação comunitária ativa. Para tanto, foram desenvolvidas ações que contemplam a conclusão do ensino fundamental, a capacitação profissional, e o incentivo ao desenvolvimento de projetos comunitários que visem a autonomia e a cidadania dos jovens.

Bernard Charlot (2001) compreende que é preciso educar para incluir e em sua lente de vertente social afirma que a relação entre o jovem e o saber ultrapassa por questões que envolvem vulnerabilidade social e, a esta questão, soma-se a dificultada aprendizagem, construção esta que deveria ser desenvolvida para criar uma relação de significado de mundo, essencial para a humanização e socialização do jovem.

As leis voltadas para a educação e a inclusão social de jovens de camadas populares menos favorecidas economicamente têm como objetivo principal reduzir as desigualdades e proporcionar oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional para esses indivíduos. A criação dessas leis é pautada pela necessidade de garantir que o acesso ao conhecimento, à formação e ao mercado de trabalho não seja exclusivo de grupos privilegiados, mas, sim, estendido a toda a sociedade, promovendo a equidade, como por exemplo, a Lei da Aprendizagem.

Hoje, ela amplia essa visão, buscando garantir que jovens aprendizes, especialmente os de classes populares, tenham a oportunidade de ingressar no

mercado de trabalho com formação adequada e experiência prática, para iniciar suas carreiras profissionais, mas também, com um olhar voltado para o progresso, de cidadania educacional e trabalhista desse jovem.

Segundo Menezes (2018), em termos de aprendizagem e trabalho, a Lei da Aprendizagem representa uma reelaboração de outros textos elencados em legislações que reivindicam a aprendizagem profissional. Este autor revolve programas como a criação do SENAI na era Vargas, em 1942, vinculada a Lei n<sup>o</sup> 4.048, que regulamentou o sistema de aprendizagem no Brasil. E com a criação do SENAC em 1946, ambos voltados para aperfeiçoamento de mão de obra específica para o mundo do trabalho.

Apesar de ser uma preocupação evidente que afeta a juventude brasileira, observa-se que o acesso ao primeiro emprego continua sendo uma questão crítica para uma parte substancial da população. Estudos diversos reforçam a constatação de que a faixa etária de 18 a 24 anos é particularmente impactada pelo desemprego (Pochmann, 2004). Essa realidade ressalta a importância de estratégias e políticas públicas que visem mitigar os obstáculos enfrentados pelos jovens ao ingressar no mercado de trabalho.

Nesse sentido, é interessante não apenas examinar os desafios enfrentados pelos jovens, na busca por oportunidades de trabalho, mas também questionar as estruturas sociais, econômicas e culturais que contribuem para a persistência de desigualdades nesse cenário. Essa abordagem reflexiva proporciona *insights* valiosos para a formulação de estratégias mais eficazes no enfrentamento dessas questões.

Nesse contexto, a integração dos jovens no cenário do mercado de trabalho transcende a mera identificação de dados estatísticos. A abordagem adotada de observação participação reflexão, busca ir além, na tentativa de auxiliar esse jovem a uma inserção e manutenção no mercado de trabalho sergipano.

O estudo das interconexões entre informação, conhecimento e aprendizagem é salutar para desvendar a complexa dinâmica que permeia os processos cognitivos em níveis individual e organizacional. Em um cenário marcado pela abundância de dados e rápidas transformações, compreender como esses elementos se relacionam torna-se essencial para a adaptação, aprendizado e inovação. A informação, como visto anteriormente, ao ser interpretada e contextualizada, configura-se como a base para a construção do conhecimento. A

interação entre indivíduos e informações desencadeia processos cognitivos que culminam. É nesse sentido que se identifica a necessidade do produto final: o desconhecimento dos dispositivos da Lei de Aprendizagem antecede seu descumprimento.

O perfil socioeconômico dos jovens de baixa renda, já com idade de trabalho, deveria ser justificativa para priorizar o candidato a vagas disponíveis no mercado de trabalho. Contudo, existem limitações destes jovens para ingressar no mercado. No último levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no 2º trimestre de 2020 os dados apontaram que 35,9% dos jovens brasileiros de 18 a 24 anos estavam sem trabalho e sem estudo, tendo essa desigualdade se acentuado já no início da pandemia da COVID-19, quando houve uma queda considerável das oportunidades de trabalho (IBGE, 2020).

Em termos de educação, a função social da educação profissional tem se voltado para a inclusão dos jovens por meio de práticas sociais que transformam as estruturas sociais incluindo o mercado de trabalho e suas oportunidades onde os serviços tendem a ser universalizados para a cidadania .

Explorando a premissa da informação em rede, que foi redefinida pela sociedade da informação, e sua interconexão com os avanços tecnológicos proporcionados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), percebe-se uma desvinculação territorial da informação e uma conectividade em tempo real, em função de que as fronteiras tradicionais de suporte ou territorialidade da informação foram superadas. Assim, ainda que o produto apresentado ao final tenha como objetivo a divulgação mais clara dos aspectos relevantes para a Aprendizagem, junto ao público alvo de Aracaju, não necessariamente, por se tratar de um produto digital, seu alcance será restrito a essa população.

Com efeito, o fenômeno dos sistemas de informação em rede não apenas transformou a disseminação da informação, mas também impactou a natureza e o alcance do conhecimento. A interconexão global, sem limites territoriais, desempenha um papel primordial na compreensão aprofundada dos fenômenos que envolvem a informação e o conhecimento, influenciando a forma como as pessoas acessam recursos informacionais.

Tal fenômeno não apenas transformou a disseminação da informação, mas também impactou diretamente a empregabilidade de jovens. Na sociedade da informação, onde a interconexão e a conectividade em tempo real se tornaram

normas, os jovens estão imersos em uma rede que transcende barreiras físicas e oferece acesso imediato a conhecimentos, habilidades e oportunidades. Essa nova dinâmica territorial permite que jovens em qualquer lugar tenham acesso a conteúdos formativos e a informações sobre o mercado de trabalho, facilitando o desenvolvimento de habilidades valorizadas pelas empresas.

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa, se baseia em uma abordagem qualitativa, guiada por uma reflexão sobre as experiências e interações observadas no contexto educacional. O ponto de partida dessa reflexão foi a convivência contínua, em um período de dois anos, com alunos matriculados nos cursos de formação de aprendizagem oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial em Aracaju/SE. A observação direta do comportamento, das atitudes e das trocas de conhecimento entre os alunos e os professores proporcionou *insights valiosos* para a compreensão das necessidades e dos desafios enfrentados por jovens em processo de formação voltada para a empregabilidade.

Nesta perspectiva de reflexão, adota-se uma posição observador-participante. Como professora e pesquisadora, houve a imersão no ambiente educativo, o que permitiu experienciar nuances das interações que muitas vezes não são detectadas em entrevistas formais ou questionários estruturados. Esse envolvimento direto permitiu entender como os alunos compreendem conceitos fundamentais para a prática profissional, como o atendimento ao público, com foco em valor agregado, e como desenvolvem, ao longo do curso, competências técnicas e emocionais essenciais para a empregabilidade. Essa troca constante, mesmo que não sistematizada, ao longo do tempo possibilitou a geração de conhecimento a ponto de se tornar plausível para o desenvolvimento dessa pesquisa a ideia da criação de um produto nato-digital, com uma linguagem de fácil entendimento sobre a Lei da Aprendizagem com o propósito de colaborar com a inserção dos jovens no mercado de trabalho sergipano.

Segundo Pichete, Cassandre e Thiollent (2016), uma intervenção se desdobra por meio de procedimentos técnicos desenvolvidos sob um estudo de caso. A peculiaridade desse tipo de pesquisa, de acordo com esses autores, reside na sua diferença em relação à abordagem tradicional. Não se limita apenas à compreensão do contexto organizacional, mas visa ativamente contribuir para a solução de problemas e aprimoramento do desempenho da organização. E a criação de um dispositivo digital também pode contribuir para a organização, pois combina o caráter teórico e prático, propondo soluções concretas, como a disseminação da Lei da Aprendizagem, a partir de uma linguagem facilitada aos jovens, à comunidade e às

empresas contratantes. Além disso, a implementação de soluções práticas que favorecem a empregabilidade de jovens aprendizes podem reforçar o compromisso da organização com a responsabilidade social e contribuir para sua imagem positiva no mercado e na comunidade.

Essa participação ativa dos envolvidos no processo não só enriquece o conhecimento gerado, mas também propicia mudanças efetivas e sustentáveis nas práticas organizacionais, conforme Pichete, Cassandre e Thiollent (2016, p. 12) a conceituam:

[...] metodologia que articula o conhecer e o agir e destacando a ação transformadora, permite identificar uma grande proximidade com as metodologias intervencionistas da abordagem histórico-cultural, sugerindo-se que a mesma também seja empregada no contexto de aprendizagem organizacional, na qual os princípios intervencionistas se encontram inseridos.

A proposta de intervenção de pesquisa em organizações é um processo no qual os pesquisadores, muitas vezes em colaboração com os seus membros, buscam compreender, analisar e influenciar de maneira positiva o funcionamento e os resultados dessa entidade. Esse tipo de pesquisa é frequentemente aplicado em contextos práticos e visa a resolver problemas reais enfrentados pela organização, implementando mudanças e melhorias, por isso, as experiências vividas devem ser tão valorizadas.

A pesquisa aplicada favorece o desenvolvimento de soluções práticas diante de desafios do mundo real. Essa relevância é evidente na capacidade de aplicar conhecimentos teóricos e acadêmicos na resolução de problemas concretos. Conforme observado por Volpato (2013), ela não apenas aborda desafios locais, mas também contribui para soluções globais, adaptando-se a contextos específicos. Essa flexibilidade é significativa para enfrentar a diversidade de questões complexas em diferentes regiões e comunidades. A pesquisa aplicada, ao alinhar teoria e prática, desempenha um papel vital na criação de impacto profundo em várias áreas do conhecimento.

No contexto desta pesquisa sobre a Lei da Aprendizagem e a criação de um disposto nato-digital, a metodologia aplicada ganha ainda mais destaque ao unir teoria e prática, essa abordagem não apenas identifica os problemas enfrentados pelos jovens no mercado de trabalho, mas também oferece uma solução concreta: a implementação de um dispositivo projetado para facilitar a gestão da informação e a

comunicação entre aprendizes, empresas e comunidade.

Essa metodologia pode ser amplamente replicada por outros pesquisadores, educadores e gestores interessados em melhorar os programas de aprendizagem, pois o produto criado, embora voltado ao público sergipano, pode ser personalizado para atender a diferentes demandas regionais, considerando particularidades culturais, sociais e econômicas. Portanto, essa metodologia, fortalece o papel da pesquisa como um agente de transformação social, ao alinhar teoria, prática e tecnologia e cria um caminho para outros profissionais e instituições desenvolverem soluções inovadoras que promovam a inclusão e a melhoria no desempenho organizacional e educacional.

Nessa perspectiva, o alinhamento dos procedimentos metodológicos foi cuidadosamente planejado em consonância com os objetivos da pesquisa, visando validar os resultados obtidos e garantir a eficácia da proposta de intervenção, como é possível observar no quadro 2, a seguir.

**Quadro 2** – Procedimentos metodológicos alinhados aos objetivos da pesquisa

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	RESULTADOS ESPERADOS
Refletir, a partir da vivência da pesquisadora em sala de aula, junto aos jovens aprendizes, os principais problemas de inserção e não inserção e permanência dos estudantes no mercado de trabalho.	Interpretar as falas de jovens aprendizes em sala de aula, por meio do trabalho cotidiano, como professora, e assim, levantar informações relevantes e compreender o nível de entendimento deles sobre a relação da lei da aprendizagem e o mercado de trabalho.	Constatar se de fato o jovem não possui um bom grau de conhecimento sobre a lei da aprendizagem e a empregabilidade local.
Reunir as leis específicas, atualizadas e contextualizadas. (Lei 10.097/2000 para compor as informações do Produto.	Realizar pesquisa em <i>site</i> oficial do Planalto, da Lei 10.097/2000, e relacioná-las para composição do trabalho e do Produto.	Colaborar com a disseminação da Lei da Aprendizagem, usando uma linguagem de forma clara, objetiva e direta.
Agrupar elementos informacionais necessários para elaboração de um produto nato-digital com foco na disseminação da Lei da Aprendizagem.	Pesquisar no mercado outros produtos análogos a este, ou seja, análise de similares, e assim, construir um novo, com informações diferenciadas e práticas que possam colaborar com o acesso à informação e empregabilidade dos jovens aprendizes no mercado local	Fornecer informações relevantes sobre a Lei da Aprendizagem, seu público-alvo, dúvidas frequentes dos jovens e principais pontos a serem considerados na contratação do Jovem Aprendiz.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Os procedimentos resultaram em dados qualitativos, sendo esses na visão

de Sampieri, Collado e Lucio (2013) não quantificáveis ou não mensuráveis, frequentemente associadas a características descritivas e subjetivas. Para eles, esses dados exploram qualidades, naturezas, contextos e nuances, buscando compreender a complexidade de fenômenos e experiências.

Diferentemente dos dados quantitativos, que são expressos em números e podem ser analisados estatisticamente, os dados qualitativos são frequentemente coletados por meio de métodos como entrevistas, observações participativas, análise de conteúdo textual, entre outros. Esses autores concluem que os dados qualitativos proporcionam uma compreensão mais aprofundada e contextualizada de determinado fenômeno, sendo valiosos em pesquisas nas áreas das ciências sociais, humanas e em diversos campos qualitativos. Assim, como pode-se observar que essa pesquisa, trata-se uma observação participante.

Os conhecimentos resultantes desse estudo serão, portanto, fundamentados em dados qualitativos, que serão registrados em forma de dissertação, assim como no consequente produto especializado, para utilização no ambiente de intervenção e outros congêneres.

### **3.1 Classificação da pesquisa**

Demo (1996, p. 34) insere a pesquisa como atividade cotidiana e a considera como uma atitude, um “questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”. Gil (1999) argumenta que a pesquisa tem um caráter pragmático e que sua principal meta é descobrir respostas para os problemas, por meio do emprego de procedimentos metodológicos.

Explorando a abordagem metodológica deste estudo, destaca-se a ênfase na Pesquisa Qualitativa, como estabelecido anteriormente, embora mantendo a flexibilidade para incorporar indicadores quantitativos, como por exemplo, informações acerca de dados revelados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) caso se revelem necessários.

Este trabalho se enquadra na categoria de pesquisa aplicada, uma vez que visa a desenvolver um plano de ação contendo estratégias para promover uma integração mais efetiva dos jovens no mercado de trabalho, bem como favorecer a sua inserção no mercado de trabalho, por meio da disseminação da informação da Lei

da Aprendizagem. Esse processo é delineado a partir do reconhecimento das principais dificuldades que atualmente contribuem para o afastamento desses jovens do cenário laboral.

A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa será qualitativa, com objetivos descritivos. Essa escolha metodológica busca aprofundar a compreensão das questões relacionadas à integração de jovens com ou sem deficiência no mercado de trabalho, explorando suas experiências e percepções a partir das trocas e vivências em sala de aula. Além disso, a pesquisa possibilitará a implementação e avaliação de estratégias práticas para promover mudanças positivas e efetivas no ambiente laboral desses jovens, conforme poderá se observar no produto.

Destaca-se que a flexibilidade é uma característica intrínseca à metodologia proposta. Diante da complexidade e dinâmica do tema, o plano de pesquisa foi aberto aos ajustes ao longo de sua execução. Essa abordagem adaptativa buscou uma resposta mais eficiente às nuances do contexto, como por exemplo, por meio de seus discursos, relatos de experiências vividas, e às particularidades dos jovens, assegurando assim a robustez e relevância dos resultados obtidos.

Algumas de suas vivências, trazidas e expostas em sala de aula, estão apresentadas no Produto.

### **3.2 Local da intervenção**

A intervenção proposta nesta pesquisa foi realizada no SENAC em Aracaju/SE, uma unidade que oferece o programa de Aprendizagem, conforme a Lei 10.097/2000 com foco no desenvolvimento de competências profissionais para o mercado de trabalho.

O SENAC desempenha um papel essencial no Programa de Aprendizagem desde sua fundação em 1947, atendendo às empresas do comércio de bens, serviços e turismo. Uma evolução significativa ocorreu em 2019, quando o SENAC ampliou seu alcance ao incluir as aulas remotas no Programa de Aprendizagem. Essa iniciativa visou a beneficiar empresas localizadas em regiões distantes de uma unidade física do SENAC, promovendo uma participação mais ampla e efetiva no programa. Essa expansão demonstra o compromisso contínuo do SENAC em adaptar suas práticas educacionais para atender às necessidades diversificadas das empresas e dos jovens

aprendizes.

Há 77 anos, essa instituição de educação profissional atua no mercado sergipano, oferecendo uma ampla gama de cursos. Incluindo formação inicial e continuada (como aprendizagem, capacitação, aperfeiçoamento, programas socioambientais) cursos técnicos de nível médio e cursos superiores, incluindo pós-graduação e extensão através do Portal da Rede EAD SENAC. A missão dessa Instituição é educar para o trabalho, de forma inovadora e inclusiva, em atividades do comércio com uma educação voltada para o mercado de trabalho nas áreas de comércio de bens, serviços e turismo (Imagem 1).

**Imagem 1** – Turma de Aprendizagem em Serviços Administrativos do SENAC/SE



Fonte: Acervo da Autora, 2024.

Especificamente nos Cursos de Aprendizagem Profissional Comercial, a instituição oferece hoje, os cursos de Auxiliar Administrativo, Vendas, Supermercados, Postos de Combustíveis, Programador, Asseio e Conservação, Telemarketing, e conta com parceria de aproximadamente duzentas empresas do Comércio Sergipano.

Os cursos têm duração de dezesseis meses, distribuídos em Unidades Curriculares e subdivididos em Indicadores, com Conteúdo programático que combina

conhecimentos práticos e teóricos, em que abrange áreas fundamentais como competências pessoais (comunicação, ética, trabalho em equipe, organização pessoal), educação profissional (introdução a rotinas no ambiente de trabalho, atendimento ao cliente, técnicas relacionadas ao setor de atuação de cada curso), direitos e deveres (compreensão da relação empregatícia com foco na Lei da Aprendizagem), cidadania e sustentabilidade (reflexões sobre o papel do jovem no mercado de trabalho e na sociedade, promovendo práticas sustentáveis e responsabilidade social), saúde e segurança no trabalho (prevenção de acidentes, bem-estar no ambiente de trabalho e ergonomia).

### 3.3 Instrumentos de Pesquisa

Nesta seção, serão apresentadas as reflexões utilizadas para investigar o grau de conhecimento da Lei da Aprendizagem dos jovens matriculados nos cursos do SENAC/SE, em diferentes turmas, totalizando um universo de 100 alunos e apresentado ao final o produto nato-digital e como ele pode favorecer o fluxo informacional à empresa, à comunidade e as empresas contratantes.

A observação participante foi escolhida como metodologia principal, proporcionando uma compreensão detalhada das dinâmicas educacionais em um contexto de ensino profissionalizante. A observação participante é *“caracterizada pela inserção do pesquisador no contexto social estudado, permitindo-lhe captar as nuances do comportamento e das interações dos participantes em seu ambiente natural”* (Creswell, 2010, p.152, grifo nosso). O autor destaca que essa abordagem permite que o pesquisador tenha acesso a contextos e interações que, muitas vezes, são invisíveis em outros métodos de coleta de dados, como entrevistas ou questionários.

No contexto, da educação profissionalizante, Creswell (2013) vê a observação participante como uma abordagem extremamente rica, pois permite que o observador observe as dinâmicas de forma imersiva. A interação dos alunos com o conteúdo e com os seus instrutores, assim como o processo de socialização e apropriação do conhecimento, são aspectos que podem ser melhor compreendidos quando o pesquisador está diretamente envolvido na rotina educacional.

A escolha pela observação participante em sala de aula, por meio das atividades diárias, como debates, seminários, rodas de conversa, foi motivada pela

necessidade de uma reflexão crítica acerca das interações sutis e espontâneas entre a pesquisadora, que atua como educadora na instituição, e os alunos, que são essenciais para entender o impacto das práticas pedagógicas, das inovações tecnológicas e da comunicação.

A observação participante foi empregada com o objetivo de registrar o grau de entendimento dos jovens, a relação com instrumentos digitais informacionais e a empregabilidade deles. Durante a observação participante, foi dada atenção especial às interações entre aluno-professor, aluno-aluno e aluno-empresa, a partir de suas vivências e que foram trazidas para a sala de aula, em forma de debates, discussões e dúvidas.

Dessa forma, pôde-se perceber o baixo grau de acesso e entendimento dos alunos sobre Lei da Aprendizagem, antes de entrarem para o Programa. A partir daí as leis regulamentadoras, informações e as dúvidas provenientes deste processo, serviram como base para construção do Produto nato- digital.

### **3.4 Considerações éticas**

Por se tratar de pesquisa a partir das reflexões, com base em metodologia observação participante foram adotadas todas as normas aplicáveis quanto á utilização de dados obtidos diretamente com a instituição, sobre alunos matriculados entre 2022 e 2024, informações essas que restringiram-se ao quantitativo de discentes matriculados na instituição. Ressalta-se que a pesquisa não foi submetida ao Comitê de ética em Pesquisa (CEP), pois não envolveu a coleta de dados sensíveis ou diretamente identificáveis dos participantes, estando em conformidade com o disposto da Lei 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI).

A LAI regulamenta o direito constitucional de acesso a informações públicas, promovendo transparência na administração pública e garante que qualquer cidadão possa solicitar e obter informações sob a guarda de órgãos e entidades públicas, dispõe ainda sobre isenção de submissão ao CEP, atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica de alunos de graduação, curso técnico ou de profissionais em especialização.

A observância dessas normativas não apenas fortalece a base ética da pesquisa, mas também assegura a qualidade e confiabilidade dos resultados obtidos.

## **4 RESULTADOS DA INTERVENÇÃO E DISCUSSÃO**

Um dos objetivos desta pesquisa é refletir, a partir da vivência cotidiana em sala de aula da pesquisadora junto aos jovens aprendizes, os principais problemas de inserção e não inserção e da permanência no mercado de trabalho. Outro ponto importante detectado foi a necessidade de reunião das leis específicas, devidamente atualizadas, para contextualizá-las e assim compor as informações disponíveis no Produto digital criado nesta pesquisa, com uma linguagem simplificada e que aproximasse os jovens, a comunidade e as empresas contratantes.

Em seguida, o terceiro objetivo proposto foi a concepção e reunião de elementos necessários para elaboração de um dispositivo digital com foco na disseminação da Lei da Aprendizagem. Finalmente, o último ponto abordado foi a questão da necessidade de se compreender a aplicabilidade do instrumento de comunicação nato-digital para o desenvolvimento de um produto com informação sobre empregabilidade em uma dimensão de inserção, inclusão e disseminação da informação.

Esse diagnóstico fundamenta a pesquisa ao oferecer uma reflexão do cenário atual, possibilitando o desenvolvimento de uma solução prática que atende as demandas identificadas e promove um fluxo informacional mais eficaz e inclusivo.

### **4.1 Análise SWOT do SENAC/SE – (Eixo Gestão e Negócios – Aprendizagem)**

Observa-se que o quadro 3, a seguir, sobre a análise SWOT e seus desdobramentos e devidas explicações, caracteriza-se como o ponto de partida para o diagnóstico mais concreto do objeto de estudo.

**Quadro 3 – Análise SWOT do SENAC/SE**

		<b>FORÇAS</b>	<b>S</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
<b>FATORES</b>		Escolas físicas em quase todos os municípios de Sergipe; Planos de trabalho Docente flexíveis e humanizados, gerando mais acessibilidade e conforto ao jovem com ou sem deficiência; Equipe multiprofissional para formação dos alunos; Plataforma tecnológica; O aluno entra em contato com a Lei de Aprendizagem (LA). Banco de oportunidades aos egressos.		Não possui biblioteca física ampla e atualizada. Não disponibiliza conteúdos <i>off line</i> . Não oferece com regularidade aos instrutores do eixo da Aprendizagem cursos práticos de capacitação. Não possui material didático físico ou digital específico sobre a Lei da Aprendizagem.
		<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>O</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<b>FATORES</b>		A familiaridade que os jovens possuem em relação às tecnologias no seu cotidiano como potencial a ser explorado; As leis, em especial a 10.097/00 (LA) que gera empregabilidade. A popularização do acesso às linguagens advindas das tecnologias. Alta demanda de jovens para o ingresso e manutenção no mercado de trabalho. SENAC em parceria com as empresas do comércio Sergipano.		Falta de informação prévia dos jovens sobre os diversos aspectos da Lei de Aprendizagem e conseqüentemente a oportunidade de início no mercado de trabalho.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O Eixo da Aprendizagem, mais especificamente em Gestão e Negócios, engloba nove cursos profissionalizantes, destinados a formar jovens e dar início às suas carreiras profissionais. Este setor vem se expandindo ao longo dos anos, impulsionado pelo avanço tecnológico e as demandas de mercado, notadamente no setor de serviços.<sup>9</sup> Assim, a análise SWOT revela os principais pontos observados nesse eixo, como se especifica a seguir.

### **Forças**

- O Senac possui escolas físicas em muitos municípios do Estado de Sergipe, o que facilita o ingresso do jovem aos cursos e ao acesso à informação.
- Os Planos de Trabalho Docente (PTD) são nacionais e distribuídos em todo o país, considerando, porém, as necessidades particulares de cada região e

<sup>9</sup> O SENAC tem implementado programas e cursos que integram tecnologias avançadas e práticas de ensino modernas, refletindo um esforço contínuo para se adequar as demandas do mercado. Para mais detalhes acesse o portal: [www.se.senac.br](http://www.se.senac.br).

público-alvo.

- A equipe de trabalho é formada por instrutores de áreas de formação diferentes, como pedagogos, psicólogos, administradores, assistentes sociais, administradores, entre outros, propiciando a interdisciplinaridade, a troca de experiências que são tão favoráveis ao trabalho com o jovem em formação.
- A instituição disponibilizou, em especial, no período da pandemia, a plataforma *Microsoft Teams* para que os cursos não parassem e os aprendizes não perdessem a oportunidade de continuar os cursos de formação e os contratos com a empresas.<sup>10</sup>
- Ao ser matriculado como Jovem Aprendiz, o aluno passa a ter um acesso inicial às normas da Lei da Aprendizagem, sua aplicabilidade, a oportunidade de tirar dúvidas, de ter acesso às metodologias ativas utilizadas pela Escola e compartilhar experiências pessoais e profissionais. No entanto, mesmo com os esclarecimentos, technicalidades da Lei precisam de uma linguagem mais conectada ao universo de pessoas fora do campo jurídico.
- O SENAC também disponibiliza um “Banco de Oportunidades”, setor no qual o egresso tem a possibilidade de deixar seu currículo e ser indicado às empresas de todo Estado, como referência, funcionando como um “banco de talentos”.

### **Oportunidades**

- É perceptível que o jovem tem familiaridade, que aprende e utiliza com facilidade os instrumentos tecnológicos que a ele são ofertados, em relação a gerações anteriores.
- A partir do uso de metodologias ativas e recursos tecnológicos, o aluno tem a conveniência de ampliar seus conhecimentos, por meio das linguagens tecnológicas mais utilizadas no mercado de trabalho. Com isso, também se colabora para a inserção de mais jovens qualificados, pois, o SENAC é uma escola de educação profissionalizante e técnica que possui diversas parcerias com empresas em todo estado de Sergipe.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Neste segundo semestre de 2024, quando concluímos essa dissertação, as aulas já voltaram a ser inteiramente presenciais.

<sup>11</sup> O Senac mantém parceria com mais de duzentas empresas no Comércio Sergipano de bens e serviços. Para mais detalhes acesse o portal: [www.se.senac.br](http://www.se.senac.br).

Contudo, é necessário melhorar alguns pontos e assim oferecer o melhor em serviços ao cliente. Diante dessa análise, seguem os pontos de vulnerabilidade.

### **Fraquezas**

- A falta de uma biblioteca física, com livros, revistas, periódicos e acesso à *Internet* deixa uma lacuna, no que diz respeito à construção de momentos de aprendizado e socialização, do fomento ao gosto pela leitura entre os jovens.
- A oferta de material didático tem limitações. O Produto proposto, nesta dissertação de Mestrado, poderia funcionar como mais uma ferramenta de aprendizagem.
- Os cursos ofertados aos professores acontecem no início do ano, com a Jornada Pedagógica e esparsamente, em alguns curtos períodos do ano, podendo ser ampliados e assim investir-se ainda mais na formação da equipe como um todo<sup>12</sup>.
- A própria qualificação dos Professores, como *instrutores*, poderia ser reformulada, já que são efetivamente ministradas aulas, com didática pedagógica e um alcance maior do que uma mera transmissão de conhecimentos práticos.

### **Ameaças**

- Os jovens não têm uma formação básica voltada para a Cidadania, inclusive na esfera do Direito do Trabalho<sup>13</sup>.
- Não têm conhecimento mínimo do que seja ou represente uma Carteira de Trabalho e da Previdência Social, ignoram que os contratos de emprego hoje são firmados de forma exclusivamente digital, na plataforma do E-social

---

<sup>12</sup> A autora se insere no conjunto de Professores que, a muito custo, buscam concluir este Mestrado, apesar da jornada integral e diária de trabalho, busca esta realizada a título exclusivamente individual, sem qualquer afastamento ou incentivo do Senac. Não obstante, o Senac de Sergipe pretende implantar uma faculdade, a exemplo do que já existe, por exemplo, em Porto Alegre (RS), necessitando futuramente de Professores Mestres e provavelmente Doutores, ampliando o alcance do programa de Jovens Aprendizizes.

<sup>13</sup> Na verdade, esse quadro de déficit de cidadania é inerente a toda a sociedade, sem acesso a uma Educação Cidadã e Emancipadora (Freire, 1996).

(Governo Federal).

- Desconhecem as formas de custeio da Previdência Social, bem como os benefícios que podem ser ofertados aos segurados obrigatórios e facultativos<sup>14</sup>.

Com isso, uma grande quantidade de possíveis beneficiários do Programa de Jovem Aprendiz fica excluídos *a priori* de suas possibilidades inclusivas. O produto-nato, num contexto de Sociedade da Informação, tem como objetivo justamente ampliar o conhecimento do produto, diante de seus públicos alvo.

---

<sup>14</sup> Os trabalhadores em plataformas, por vezes, nos casos de transportes, por exemplo, ignoram a necessidade de financiar a Previdência Social. Por vezes, em jornadas acima das oito horas diárias e em sete dias por semana, crendo-se verdadeiros “empreendedores”, negligenciam a proteção social, apesar de lidarem com trabalho extenuante, em um trânsito tão violento, em posições não ergonômicas. Esse é um corte que pode ser ampliado para vários setores (Andrade; Dantas, 2017).

## 5 PRODUTO NATO-DIGITAL COM VALOR DE INCLUSÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO SERGIPANO

O produto proposto foi embasado nas conclusões da pesquisa, conforme observação e participação da autora, e requereu um planejamento estruturado por meio de um plano de ação. Esse plano delineia metas a serem seguidas de maneira sistemática, visando a impactar positivamente a resolução dos problemas identificados na pesquisa e alcançar seus objetivos.

Esse produto foi construído com base na análise SWOT e na observação realizada nas salas de aula, nas interações e trocas de ideias e experiências com os alunos, por meio de uma escuta ativa e sensível, mas, sem inferências diretas no trabalho dos aprendizes - ou seja, sem a retirada de nenhum aluno de sala para quaisquer questionamentos, entrevistas ou afins. Contudo, entende-se que há um rico material de conhecimentos adquiridos por meio dessas relações cotidianas e assim, propõe-se a implementação de um produto nato-digital, derivado desses aprendizados.

O objetivo do produto é apresentar, de maneira clara e objetiva, informações, esclarecimentos e respostas às dúvidas mais frequentes observadas dos alunos em sala, e que frequentemente também são dúvidas de empregadores e da sociedade em geral. Essa iniciativa visa a aprimorar e aproximar os jovens, destacando oportunidades para o primeiro emprego e auxiliando na qualificação para sua permanência sustentável no mercado de trabalho. Nesse sentido, destaca-se que o produto estará disponível no *site* da instituição (SENAC), para fins de consulta.

O plano de ação para intervenção foi estruturado delineando uma sequência coordenada de ações, responsabilidades, datas previstas para início e o *status* de andamento. Cada meta representa um passo estratégico para alcançar os objetivos estabelecidos. A seguir, no quadro 4, são detalhadas as metas, suas respectivas ações, responsáveis e prazos:

#### Quadro 4 – Plano de ação para o Produto

<b>TEMA: Produto Nato-digital: Disseminação da Lei da Aprendizagem</b>					
<b>OBJETIVO:</b> Criar um dispositivo de comunicação nato-digital para estabelecer relação entre o empregador e o trabalhador, com informações orientativas sobre a lei da aprendizagem e a integração dos jovens no mercado de trabalho.					
<b>RESPONSÁVEL:</b> Danianne Fernandes Rezende Nascimento			<b>Orientadora:</b> Profa. Dra. Germana de Araújo.		
PLANEJAMENTOS				PRAZO ESTIMADO	STATUS
Ordem	Meta	Ação	Responsável	Data	Finalização
1	Solicitar anuência	Apresentar projeto a Direção do SENAC/SE.	Pesquisadora Nascimento	07/2022	Concluído
2	Cronograma para orientação do Mestrado/PPGCI/ UFS	Criar uma agenda com orientadora	Professora Dra. Germana de Araújo e pesquisadora Nascimento	08/2022 a 01/2025	Concluído
3	Conscientizar e esclarecer a importância da pesquisa de mestrado e sua relevância social	Apresentação do projeto, esclarecendo sobre a temática e seus objetivos junto aos instrutores e equipe pedagógica.	Pesquisadora Nascimento	08/2022	Concluído
4	Diagnóstico ambiente SENAC/SE	Identificação dos pontos fortes e fracos relacionados à informação e a manutenção do jovem matriculado no SENAC/SE	Pesquisadora Nascimento	09/2022 a 10/2022	Concluído
5	Identificação e seleção das fontes para pesquisa do referencial teórico	Elaborar referencial teórico.	Pesquisadora Nascimento com orientação da Professora Germana de Araújo.	08/2022 a 11/2023	Concluído
13	Apresentação do referencial teórico à banca examinadora (Qualificação)		Pesquisadora Nascimento.	11/2023	Concluído
14	Elaboração do produto Técnico-Científico	Produto editorial nato-digital com valor de inclusão dos jovens aprendizes no mercado de trabalho sergipano	Pesquisadora Nascimento sob orientação da Professora Dra. Germana de Araújo.	06/2024	Concluído
15	Apresentação dos produtos e dos resultados da pesquisa à banca examinadora.	Apresentar defesa da dissertação junto à banca examinadora para aprovação	Pesquisadora Nascimento.	12/2024	Concluído
16	Publicação da pesquisa	Depósito da dissertação no Repositório/ UFS.	Pesquisadora Nascimento.	01/2025	Pendente

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Destaca-se que, embora haja informações sobre o Programa de Aprendizagem na página oficial do SENAC Sergipe, e até em outros meios de comunicação, o produto proposto tem como escopo oferecer informações complementares, de maneira mais rápida e objetiva, com uma linguagem de fácil entendimento. O intuito é proporcionar a esse público, que está iniciando sua carreira profissional, um acesso mais eficiente a dados significativos. Para uma melhor visualização, foi elaborada uma simulação da visualização do produto em telas, visível na figura 1, a seguir.

**Figura 1** – Simulação da visualização do produto em telas



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Nos últimos anos, o avanço da tecnologia digital tem transformado significativamente diversos setores da sociedade, incluindo a educação e o mercado de trabalho. Nesta perspectiva, um produto nato – digital, criado e desenvolvido no ambiente digital desde o início, pode desempenhar um papel de suma importância na promoção da empregabilidade entre os jovens de uma cidade, pois é um meio familiar de como os jovens da atualidade costumam buscar informações. Aqui exploramos, as maneiras pelas quais este produto pode contribuir para a melhoria do fluxo informacional acerca da juventude que ingressa no mercado de trabalho.

Em geral, os produtos similares encontrados, ficam disponíveis em plataformas digitais online ou ainda em materiais físicos, por meio de propostas de projetos de órgãos e instituições públicas, o que gera custo material e de pessoal para as empresas e dificulta o acesso, já que nem todas as pessoas possuem conexão com a internet a todo momento.

Dessa forma, a proposta deste produto é que o usuário a partir de um único acesso online, possa baixar em seu smartphone ou computador o dispositivo, e tê-lo a qualquer momento e em qualquer lugar acesso as informações nele contidas, podendo inclusive, serem compartilhadas via *WhatsApp*, por exemplo.

Os produtos nato-digitais são aqueles concebidos, desenvolvidos e operados inteiramente em plataformas digitais. Eles incluem aplicativos móveis, plataformas de *e-learning* (sistemas digitais desenvolvidos para oferecer ensino e treinamento pela internet), ferramentas de gerenciamento de projetos *online*, redes sociais profissionais, entre outros. Uma das principais contribuições de um produto-nato-digital para a empregabilidade de jovens é a facilitação do acesso à educação e a formação profissional. Como por exemplo, acesso a recursos educacionais, como cursos *online*, vídeos específicos no *youtube*, tutoriais, vídeos de estudo, materiais. Isso permite que os jovens adquiram novas habilidades e conhecimentos relevantes para o mercado de trabalho.

Por intermédio de um produto nato-digital também é possível contribuir para o aprendizado em plataformas de aprendizado colaborativo, onde os jovens podem se conectar, compartilhar conhecimentos, trabalhar em projetos em equipe e receber *feedback* de colegas e instrutores.

Além de facilitar o acesso a informações sobre empregabilidade, produtos nato-digitais incentivam o empreendedorismo entre os jovens. Plataformas como o *Instagram*, *Linkedin*, permitem que jovens empreendedores lancem e promovam seus próprios negócios com investimentos iniciais relativamente baixos. Isso não só cria oportunidades de autoemprego como também fortalece a economia local, gerando empregos e estimulando a inovação.

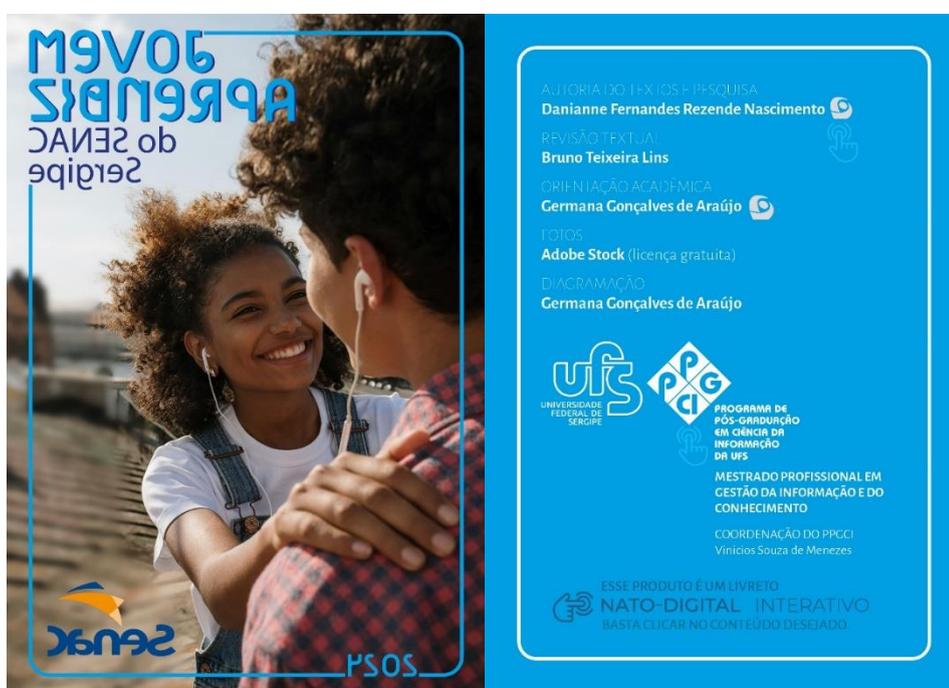
Ao fornecer acesso, os recursos e oportunidades, os produtos digitais podem capacitar os jovens, aumentar sua empregabilidade e prepará-los para o sucesso em suas carreiras profissionais.

Como já explicitado, este produto foi pensado e criado a partir da experiência direta da pesquisadora com jovens aprendizes, das observações, dos desafios que eles enfrentam e da urgência em criar caminhos para que cada um deles possa encontrar o seu espaço. Cada detalhe foi moldado com o propósito de contribuir com a elevação cultural e de informações, oferecendo apoio prático e assertivo que eleva o jovem além da qualificação técnica, promovendo o desenvolvimento de competências socioemocionais e profissionais indispensáveis para o mundo do

trabalho atual.

O produto nato-digital é uma conquista que representa não só o fechamento de uma etapa acadêmica, mas, também o início de uma nova jornada para todos os envolvidos. A pesquisadora se sente imensamente feliz e orgulhosa por ter dedicado tempo, esforço e coração a algo que pode contribuir na formação de jovens efetivamente e agregar valor às práticas da instituição. Sendo assim, na figura 2, a seguir, é possível visualizar a capa do produto desenvolvido neste estudo.

**Figura 2 - Capa do produto**



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Dessa forma, o produto foi dividido em itens para auxiliar o usuário em sua pesquisa, com uma linguagem de fácil entendimento, como é possível ver abaixo:

1. Divulgação dos Direitos e Deveres de acordo com a Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000): Importância do esclarecimento acerca da Lei, para ingresso no Programa.
2. Facilitação do acesso à informação: Explicação de forma clara e de fácil entendimento, haja vista, que a maioria da população não entende os termos jurídicos.
3. Promove a inclusão e a Cidadania: Incentivo à inclusão social, por meio do

fomento à formação profissional e oportunidades de trabalho.

4. Auxílio na implementação da Lei: Oferta de um guia prático para as empresas, demonstrando inclusive, os benefícios fiscais que elas recebem.
5. Conscientização e combate à exploração: Formação correta sobre a Lei da Aprendizagem e o combate à exploração do trabalho infanto-juvenil.
6. Estimular ao Desenvolvimento Profissional: O dispositivo mostra a importância da formação profissional dos jovens, orienta sobre a possibilidade de crescimento desses jovens dentro das empresas.
7. Esclarecimentos de Procedimentos e Documentação: Um produto nato-digital é um valioso recurso que pode auxiliar os jovens, a comunidade e as empresas contratantes sobre a Lei da Aprendizagem, sobre a formação integral desse jovem de forma prática e acessível.
8. Dúvidas Frequentes: Espaço onde é retratado as principais dúvidas dos aprendizes, acerca da Lei da Aprendizagem, comportamento em ambiente de trabalho e Contratação.

Como também, foi elaborada a ficha técnica do produto para gerar uma melhor visualização, como é possível observar no quadro 5, a seguir:

**Quadro 5 – Ficha técnica do produto**

<b>A FICHA TÉCNICA DO PRODUTO</b>	
<b>Dimensões da página</b>	800 x 600 pixels (formato compatível com diferentes dimensões de tela existentes no mercado)
<b>Quantidade de páginas</b>	27 páginas (contando com a 1ª e 4ª capas)
<b>Botões de navegação interna</b>	entre as páginas do livreto
<b>Interatividade externa</b>	acesso a conteúdo da internet
<b>Direito autoral das imagens</b>	Banco de imagens (Adobe Stock) Tipografias de licença gratuita (família tipográfica AlegreyaSans)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi criado a partir da problemática apresentada e desenvolvida ao longo dessa dissertação de pesquisa, a partir de experiências profissionais da autora, com o objetivo de criar um produto nato-digital para estabelecer relação entre o empregador e o jovem aprendiz, com orientações sobre a Lei da Aprendizagem e que também possa ser utilizado como material didático em sala de aula.

É fundamental ressaltar a importância significativa de um produto digital voltado para a empregabilidade de jovens em um cenário socioeconômico cada vez mais dinâmico e exigente, ressalta-se também a necessidade de acesso a principal Lei que normatiza a relação entre esse trabalhador e o empregador, descrevendo de forma direta e simplificada, seus direitos e deveres, em um mundo, onde as competências digitais e a capacidade de adaptação rápida às mudanças do mercado de trabalho são essenciais. Um produto que auxilia na formação, capacitação e inserção desses jovens no mercado de trabalho torna-se não apenas relevante, mas, fundamental.

O desenvolvimento desse tipo de produto digital atende a uma demanda urgente: a de preparar jovens para os desafios do século XXI, oferecendo-lhes ferramentas que ampliem suas oportunidades de emprego e os capacitem para atuar em diferentes setores da economia. Além de contribuir para a redução das taxas de desemprego juvenil, um produto digital com essas características pode também atuar como um catalisador para o desenvolvimento pessoal e profissional, estimulando o protagonismo dos jovens em suas trajetórias de carreira.

Adicionalmente, a análise desenvolvida ao longo dessa dissertação, demonstra que a integração de tecnologias inovadoras e acessíveis pode ser um fator decisivo na promoção da equidade social e no combate à exclusão digital, especialmente, em contextos de vulnerabilidade. Portanto, um produto digital focado na empregabilidade não apenas responde às necessidades do mercado, mas também promove a inclusão e a justiça social.

Conclui-se que o impacto de um produto digital voltado para a empregabilidade juvenil ultrapassa a esfera econômica, alcançando dimensões sociais e educativas que são fundamentais para a construção de um futuro mais justo e equitativo. Este estudo evidencia que o investimento em tais tecnologias não é

apenas uma estratégia inteligente do ponto de vista econômico, mas também um compromisso ético com o desenvolvimento integral da juventude com a construção de uma sociedade mais inclusiva e preparada para os desafios do futuro. No que tange a relevância dessa pesquisa ao Departamento de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), ficou demonstrado ao longo do trabalho que é bastante importante pois aborda questões centrais dessa área do conhecimento, como a gestão, o acesso e o uso da informação em contextos sociais e econômicos, o tema da empregabilidade juvenil envolve fluxos informacionais que impactam diretamente a inclusão social e o desenvolvimento humano.

No tocante a importância dessa pesquisa para o educador, ela é especialmente significativa pois amplia a compreensão e atuação em áreas que impactam a vida dos jovens, fortalece o papel como mediadora de conhecimentos, mas também enriquece a prática pedagógica com novas ferramentas, estratégias e perspectivas voltadas para a inclusão social e profissional.

Além disso, o produto nato-digital pode se tornar uma referência e material didático em plataformas educacionais do SENAC em todo Brasil, oferecendo aos jovens aprendizes uma ferramenta prática para navegar em seu processo de inserção no mercado de trabalho. Ao ser incorporado nos programas de formação do SENAC, o produto potencializa a aprendizagem, facilitando o acesso à informação e promovendo um ambiente mais dinâmico e acessível para o desenvolvimento de competências essenciais à empregabilidade, com uma abordagem integrada e inovadora, que pode ser replicada e adaptada para diversas realidades regionais.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA NETO, Rivadávia Correia Drummond de; BARBOSA, Ricardo Rodrigues; PEREIRA, Heitor José. Gestão do conhecimento ou gestão de organizações da era do conhecimento? Um ensaio teórico-prático a partir de intervenções na realidade brasileira. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/35992> Acesso em: 15 jun. 2023.

ANDRADE, Daniela Rafael de; DANTAS, Rodolfo Lima. “Uber: a Oportunidade dos Sonhos ou o Pesadelo do direito do Trabalho” *In*: FARIA, Fernanda Nigri; TOSTES, Laura Ferreira Diamantino; KOURY, Luiz Ronan Neves; CARVALHO, Ricardo Wagner Rodrigues de; PIRES, Rosemary de Oliveira; ALMEIDA, Wânia Guimarães Rabêllo de. **Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho: Estudos Avançados**. São Paulo: LTR, 2017.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Uma face da ciência da informação. *In*: PINHEIRO, Lena Viana Ribeiro (org.). **Ciências da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília: Rio de Janeiro, 1999. p.133-142.

BRASIL. Constituição. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 04 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro: Câmara dos deputados, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. **Decretonº9.579, de 22 de novembro de 2018**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2018/decreto/d9579.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/decreto/d9579.htm) Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Lei orgânica do ensino industrial. Brasília, DF: Presidência da República, 1942a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del4073.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4073.htm). Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942**. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Brasília, DF: Presidência da República, 1942b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del4048.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4048.htm). Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946.** Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del8621.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8621.htm). Acesso em: 15 set. 2023.

Brasil. **Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 1943. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm) Acesso em: 02 maio 2022.

Brasil. **Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 1943. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm) Acesso em: 02 maio 2022.

Brasil. **Decreto nº 11.479, de 6 de abril de 2023.** Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor sobre o direito à profissionalização de adolescentes e jovens por meio de programas de aprendizagem profissional. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/d11479.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.479%2C%20DE%206,que%20lhe%20confere%20o%20art.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11479.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.479%2C%20DE%206,que%20lhe%20confere%20o%20art.) Acesso em: 02 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.** Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937. Disponível em: [Acesso em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html). Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000.** Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110097.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm). Acesso em: 12 maio 2023.

Brasil. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm) Acesso em: 02 maio 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa Jovem Aprendiz. **Grupo de trabalho vai propor melhorias na política pública de aprendizagem profissional**

**para jovens.** [s.l.]: Ministério do Trabalho e Emprego, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2022/janeiro/grupo-de-trabalho-vai-propor-melhorias-na-politica-publica-de-aprendizagem-profissional-para-jovens> Acesso em: 02 maio 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual de aprendizagem para contratar aprendiz.** Brasília, DF: MTE, 2014.

BROOKES, Bertram C. The foundations of information science: Part II. Quantitative aspects: Classes of things and the challenge of human individuality. **Journal of Information Science**, v. 2, n. 5, p. 209-221, 1980. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/016555158000200502>. Acesso em: 12 mar. 2023.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**, Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: [http://www.capurro.de/enancib\\_p.htm](http://www.capurro.de/enancib_p.htm). Acesso em: 12 ago. 2023.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Pós-modernismo e informação: conceitos complementares? Belo Horizonte, **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 1, n. 1, p. 63-79, 1996. Disponível em: Acesso em: [https://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/08/pdf\\_44afe65e85\\_0011622.pdf](https://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/08/pdf_44afe65e85_0011622.pdf). Acesso em: 12 ago. 2023.

CHARLOT, Bernard (org.). **Os jovens e o saber: perspectivas mundiais.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões.** Tradução: Eliana Rocha. São Paulo: Editora Senac, 2003.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto.** 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAVENPORT, Thomas. **Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação.** Tradução: Bernadete Siqueira Abrão. São Paulo: Futura, 1998.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

DIXON, Nancy M. **Common knowledge: how companies thrive by sharing what they know.** Boston: Harvard Business School Press, 2000.

FARRADANE, Jason. Knowledge, information, and information Science. **Journal of Informaton Science**, [s.l.], v. 2, p. 75-80, 1980. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/016555158000200203>. Acesso em: 20 ago. 2023.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 11 n. 1, p. 6-19, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/rPpchWXW8kKL8tYQ36tJH4w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2023.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. **Comunicação de informação em redes virtuais de aprendizagem**. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://www.teduc1001.net/corpus/gustfreire2004.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 6 ed., São Paulo: Atlas, 1999.

HENRIQUES, T. J. N. **Gestão do conhecimento e inteligência organizacional**: fundamentos e modelos. Brasília: Thesaurus, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD contínua**. 2020. Brasília, DF: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 03 ago. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo de Educação Básica Estadual 2020**: Resumo técnico. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2020.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf). Acesso em: 12 nov. 2023.

JAMIL, George Leal. **Repensando a TI na empresa moderna**: atualizando a gestão com a tecnologia da informação. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2001.

CHIDAMBARANATHAN, Kumaresan; SWAROOPRANI, B. S. Analyzing the relationship between organizational culture and knowledge management dimensions in higher educational libraries. **Journal of Librarianship and Information Science**, [s.l.], 2015.

LEMOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2010.

MENEZES, Marcelo Bezerra. **A formação escolar do trabalhador juvenil no contexto da Lei de Aprendizagem (Lein°10.097/00)**. 2018. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-28112018-155948/pt-br.php>. Acesso em: 20 maio 2022.

MONTEIRO, Líbia Gomes; OLIVEIRA, Sonia Maria Querioz de; RODRIGUES, Sueli Maria; DIAS, Carlos Alberto. Responsabilidade social empresarial: inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Educação Especial**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 459-480, 2011.

Disponível em:

<https://www.scie1o.br/j/rbee/a/ZRVscnGLkP5P7nwRJ7gJGdC/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 12 nov. 2022.

MORIN, Edgar. **Complexidade e transdisciplinaridade**: a reforma da universidade e do Ensino Fundamental. Natal: Editora da UFRN, 1999.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação do conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. 5. ed., Rio de Janeiro: Campus, 1997.

NUNES, Martha Suzana Cabral; PAIXÃO, Pablo Boaventura Sales. **Estudos interdisciplinares em Ciência da Informação e em Gestão da Informação e do conhecimento**. São Cristóvão: Editora UFS, 2023.

O'HIGGINS, Niall. Rising to the youth employment challenge: New evidence on key policy issues. **International Labour Organization**, [s.l.], 2021.

OLIVEIRA, Dalgiza Andrade; OLIVEIRA, Marlene. A interlocução entre Ciência da Informação e Biblioteconomia no Brasil. **Informação e Sociedade**, Paraíba, v. 23, n. 3, p. 43-54, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/17820>. Acesso em: 20 ago. 2022.

PASTORE, José. **O desafio da empregabilidade dos jovens no Brasil**. São Paulo: LTr, 2011.

PEDREIRA, Lúcia Alvarez. Políticas públicas destinadas a juventude: a experiência da Lei da Aprendizagem na Bahia. *In*: SEMINÁRIODA PÓS-GRADUAÇÃOEM CIÊNICASSOCIAIS, 6., Cachoeira/BA, 2016. **Anais [...]**. Cachoeira/BA, 2016.

Disponível em:

[https://www3.ufrb.edu.br/sppgcs2016/images/ARTIGO\\_COMPLETO](https://www3.ufrb.edu.br/sppgcs2016/images/ARTIGO_COMPLETO) Acesso em: 12 dez. 2022.

PICHETE, Sara Fernandes; CASSANDRE, Marcio Pascoal; THIOLENT, Michel Jean Marie. Analisando a pesquisa-ação à luz dos princípios intervencionistas: um olhar comparativo. **Educação**, Porto Alegre, v. 39, n. esp. (supl.), s3-s13, dez. 2016. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/24263/15415>.

Acesso em: 20 ago. 2022.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da ciência da informação. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 13-48, 2005. Disponível em:

<https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/23/1/1%26SPinheiro2005.PDF>. Acesso em: 25 set. 2022.

POCHMANN, Márcio. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21462.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

POLANYI, Karl. The economy as instituted process. *In*: DALTON, George. **Primitive, archaic and modern economies**: essas or Karl Polanyi. Boston: Beacon Press, 1968. p. 139-174.

POPPER, Karl. Três Mundos. *In*: POPPER, Karl. **Conhecimento Objetivo: Uma Abordagem Evolucionária**. Tradução de Milton Amado. São Paulo: Editora Cultrix, 1975. p. 153-174.

SAMPIERI, Roberto Hernández; CALLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia da Pesquisa**. Porto Alegre:Penso,2013.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evoluções e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/37415>. Acesso em: 25 julho 2023.

SILVA, Antônio Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Paradigmas, serviços e mediações em ciência da informação**. Recife: Néctar, 2011.

SVEIBY, Karl. **A nova riqueza das organizações**: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Ambientes e fluxos de informação em contextos empresariais: o caso do setor cárnico de Salamanca/Espanha. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, SP, v. 7, n. Especial, p. 299-323, 2013. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/3130/2475>. Acesso em: 20 nov. 2022.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Gestão da informação e do conhecimento: especificidades e convergências. **Infohome**, Londrina, 2004. Disponível em: [http://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=88](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=88). Acesso em: 10 set. 2022.

VILAR, Leandro. **Inteligência Artificial no Brasil**: Desafios e Oportunidades para a Economia e Sociedade. São Paulo: Editora Atlas, 2024.

VOLPATO, Gilson. **Ciência**: da filosofia à publicação. 6. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

## APÊNDICE A – Termo de Autorização e Existência de Infraestrutura



Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
Administração Regional do Estado de Sergipe

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO E EXISTÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

Eu, Adalberto Trindade de Souto, Diretor de Educação Profissional do SENAC SE, autorizo a execução do projeto intitulado "Empregabilidade com Valor de Inclusão de Jovens no Mercado de Trabalho Sergipano: Criação de um Dispositivo Nato-Digital como Facilitador da Gestão da Informação", pela pesquisadora **Danianne Fernandes Rezende Nascimento**, mestrande em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe e instrutora do SENAC SE.

O objetivo deste projeto é desenvolver um dispositivo de comunicação nato-digital que facilite a conexão entre empregadores e trabalhadores, fornecendo informações orientativas sobre a Lei da Aprendizagem e promovendo a inclusão de jovens com deficiência no mercado de trabalho, com base em pesquisa aplicada, sem ônus para o SENAC SE.

Estamos cientes do compromisso da pesquisadora em garantir a segurança e o bem-estar dos participantes, além de fornecer a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do projeto de acordo com as diretrizes e normas éticas. Além disso, a pesquisadora se compromete a atender todas as recomendações impostas à LGPD, inclusive com o compromisso de que não haverá quaisquer implicações negativas para instrutores, analistas, alunos e egressos que não desejarem ou desistirem de participar do projeto, inclusive a própria instituição Senac SE.

A pesquisadora e instrutora do Senac SE, **Danianne Fernandes Rezende Nascimento**, declara que conhece e cumpre as orientações e determinações estabelecidas nas Resoluções nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e nº 510, de 07 de abril de 2016, bem como a Norma Operacional nº 001/2013, emitidas pelo CNS.

Aracaju (SE), 19 de julho de 2024.

Atenciosamente

**Adalberto Trindade de Souto**  
Diretor de Educação Profissional  
SENAC SERGIPE

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
Departamento Regional de Sergipe

Av. Ivo do Prado, nº 564, São José – CEP 49.015-070  
Aracaju / SE – Tel.: (79) 3212.1560 – Fax.: (79) 3212-1530 – www.se.senac.br

## APÊNDICE B – Produto da Dissertação



AUTORIA DO TEXTOS E PESQUISA

**Danianne Fernandes Rezende Nascimento** 

REVISÃO TEXTUAL

**Bruno Teixeira Lins** 

ORIENTAÇÃO ACADÊMICA

**Germana Gonçalves de Araújo** 

FOTOS

**Adobe Stock** (licença gratuita)

DIAGRAMAÇÃO

**Germana Gonçalves de Araújo**



PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO  
EM CIÊNCIA DA  
INFORMAÇÃO  
DA UFS

MESTRADO PROFISSIONAL EM  
GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO  
CONHECIMENTO

COORDENAÇÃO DO PPGCI  
Vinícios Souza de Menezes



ESSE PRODUTO É UM LIVRETO

**NATO-DIGITAL INTERATIVO**

BASTA CLICAR NO CONTEÚDO DESEJADO.

# JOVEM APRENDIZ do SENAC Sergipe

Este livreto é o produto da dissertação de mestrado profissional intitulada “Empregabilidade com valor de inclusão de jovens no mercado de trabalho sergipano: criação de um dispositivo nato digital como facilitador da gestão da informação”, desenvolvida por Danianne Fernandes Rezende Nascimento no PPGCI/ UFS no período de mar. 2022 à ago. 2024.





**JOVEM  
APRENDIZ**  
do SENAC  
Sergipe



Elaborar um dispositivo digital com informações acerca da Lei da Aprendizagem é fundamental por vários motivos, especialmente considerando o impacto positivo que essa Lei tem no desenvolvimento dos jovens e na sociedade como um todo.

Podemos destacar alguns pontos que fazem desse dispositivo necessário:

**1 A divulgação dos direitos e deveres:** de acordo com a Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000), os jovens aprendizes têm seus direitos trabalhistas e previdenciários garantidos. Assim, o presente produto pode informar aos jovens sobre seus direitos, jornada de trabalho reduzida, salário compatível e condições seguras de trabalho.

Esclarecer os deveres tanto dos aprendizes quanto dos empregadores, promovendo um ambiente de trabalho justo e equilibrado.

**2 Facilitação do acesso à informação:** nem todos têm fácil acesso à legislação completa ou entendem a linguagem jurídica utilizadas nos textos de lei.



Portanto, esse produto digital, pode simplificar a linguagem e torná-la mais acessível, resumindo os pontos principais facilitando a compreensão dos principais aspectos.

**3 Promove a Inclusão e a Cidadania:** Incentiva a inclusão social, oferecendo oportunidades de formação profissional e trabalho para jovens. Também contribui para a formação cidadã, instruindo-os sobre suas responsabilidades no ambiente de trabalho.

**Auxílio na Implementação da Lei:** Para as empresas, oferece um guia prático digital sobre os meios de implementação da Lei da Aprendizagem. Destaca ainda os benefícios fiscais e sociais para as empresas que contratam os aprendizes.

4

**5 Conscientização e combate à exploração:** Informar corretamente sobre a Lei da aprendizagem ajuda a conscientizar sobre a importância de oferecer condições dignas de trabalho para formação dos jovens. Auxilia também no combate práticas de exploração do trabalho infantil e adolescente, promovendo uma inserção legal e ética no mercado de trabalho.



**Estimulo ao Desenvolvimento Profissional:** o dispositivo mostra a importância da aprendizagem para o desenvolvimento profissional dos jovens, incentivando-os a buscar essas oportunidades. Orienta sobre as possibilidades de crescimento dentro das empresas e a continuidade dos estudos e formação.

6

7

**Esclarecimentos de Procedimentos e documentação:** Para jovens e famílias, o dispositivo orienta sobre o processo de seleção e inscrição no Programa.

Em resumo, um dispositivo digital sobre a Lei da Aprendizagem é um recurso valioso para informar, educar e conscientizar os envolvidos sobre a importância e os benefícios dessa legislação, promovendo um ambiente de trabalho mais justo e inclusivo e contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens.

**Boa leitura!**



### **Porque ser um jovem aprendiz no SENAC Sergipe**

Atuação do SENAC no mercado

### **Quem pode ser um aprendiz?**

Aprendiz não é estagiário

Marcas Formativas SENAC

Capacitação dos instrutores

Número de PCD'S matriculados 2023  
no SENAC/SE



### **O que é a Lei da Aprendizagem?**

Inclusão Social (PSG) (destaque)

Lei de Cotas para o mercado de trabalho



## SUMÁRIO

### **Contratação dos Aprendizizes**

Como acontece a seleção dos aprendizes?

O contrato pode ser prorrogado ou renovado?

Quais são os segmentos que mais contratam aprendizes em Aracaju/SE?

As entidades com ambientes e/ou funções perigosas, insalubres ou penosas são obrigadas a contratar aprendizes?



ESSE PRODUTO É UM LIVRETO

**NATO-DIGITAL INTERATIVO**

BASTA CLICAR NO CONTEÚDO DESEJADO.



## SUMÁRIO

- **Dúvidas frequentes dos aprendizes**
- **Cursos de Aprendizagem ofertados pelo Senac**
- **Referências**





## Porque ser um jovem aprendiz no SENAC Sergipe

### Atuação do SENAC no mercado

O SENAC vem atuando de maneira significativa no mercado brasileiro e sergipano, com foco na educação profissional e no desenvolvimento de competências voltadas para o comércio de bens, serviços e turismo.

O Serviço se destaca pela educação profissional e técnica, pois, oferece uma ampla variedade de cursos, incluindo cursos técnicos, Aprendizagem Profissional, graduação e pós graduação.



Voltados a áreas diferentes como: gestão, moda, gastronomia, beleza, saúde, entre outros.

Também mantem parcerias estratégicas com empresas do comércio, facilitando a inserção do jovem ao mercado de trabalho através do Programa da Aprendizagem, com cursos sob medida para atender as necessidades das empresas e proporcionar um aprendizado prático aos jovens.

O SENAC investe em tecnologia tanto em seus cursos como também na metodologia de ensino, isso inclui plataforma de ensino com aulas remotas, EAD, além dos cursos presenciais.

### **Quem pode ser um aprendiz?**

Jovens de 14 a 24 anos incompletos cursando o ensino fundamental ou médio, ou ainda, quem já tenha concluído o Ensino Médio. A idade máxima não se aplica às pessoas com deficiências (PCDS).



### **Aprendiz não é estagiário**

Aprendizagem é focada em jovens entre 14 a 24 anos incompletos, salvo, os PCDS, e combina formação teórica e prática, regulamentada pela Lei da Aprendizagem e com todos os direitos trabalhistas garantidos.

Estágio é voltado aos estudantes de qualquer idade, complementar ao curso de ensino, regulamentado pela Lei do Estágio, com benefícios específicos, mas, não necessariamente todos os direitos trabalhistas.

### **Marcas Formativas SENAC**

As marcas formativas do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAC) são princípios e valores que orientam a atuação da instituição em seus diversos programas de educação profissional e serviços. Essas marcas são concebidas para garantir a qualidade e a eficácia do ensino oferecido pelo SENAC, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos.



## As marcas formativas do SENAC

### 1 | Domínio Técnico-científico:

Foca na construção de saberes, a partir de leituras, pesquisas, contextualização da teoria e prática no ambiente de trabalho.

### 2 | Criatividade e Atitude Empreendedora:

Confere ênfase à geração de habilidades com um olhar diferenciado, fazendo conexões entre fenômenos distintos e encontrando soluções para as questões cotidianas.

### 3 | Visão Crítica:

Estimula a reflexão dos conteúdos estudados, incentivando o aluno a problematizar, contextualizar e absorver com mais eficiência e assim encontrar melhores soluções aos desafios enfrentados.

### 4 | Colaboração e comunicação:

Buscando fomentar a colaboração e a comunicação, os alunos aprendem a trabalhar em equipe, realizando trocas de conhecimentos, sentimentos, ideias, aprendendo a transmitir mensagens de forma clara e objetiva, como requer o mundo do trabalho.



### **5 | Atitude Sustentável:**

Acresce à formação os conceitos de sustentabilidade, promovendo nos programas, práticas que consideram o equilíbrio entre aspectos econômicos, sociais e ambientais.

### **6 | Autonomia Digital:**

Ajuda a desenvolver a capacidade do aluno de gerenciar e controlar suas próprias informações digitais, presença online, de maneira consciente e responsável.

### **7 | Protagonismo Juvenil, Social e Econômico:**

Por meio de capacitação e de diversas atividades e interações, o aluno também é motivado a desempenhar um papel ativo e transformador na sociedade, no âmbito social como no econômico (incluído o trabalho).



## Capacitação dos Instrutores

A capacitação dos instrutores do SENAC é um processo contínuo e abrangente, focado em garantir a qualidade do ensino e a atualização constante dos docentes em relação às práticas pedagógicas e às necessidades do mercado de trabalho. O SENAC adota diversas **estratégias e programas para capacitar seus professores**, tais como:

**Formação Pedagógica Inicial**, com a integração de novos professores à instituição, lhes apresentando missão, visão, valores, metodologias SENAC e Cursos de Formação Pedagógica, em que incluem disciplinas como Didática, Avaliação de aprendizagem e uso de tecnologias educacionais.

Outro ponto é **desenvolvimento contínuo**, com programas de atualização, através de, cursos, seminários. Acontece também **Capacitação em Tecnologias Educacionais** com treinamentos sobre cursos específicos em



plataformas de ensino, ferramentas digitais, e recursos multimídia.

Também são ofertados cursos, workshops e palestras sobre **metodologias ativas**, como por exemplo a sala de aula invertida ou a aprendizagem baseada em projetos.

Há um processo contínuo de avaliação de desempenho, com **feedback construtivo** para **promover o desenvolvimento profissional**.

Ainda nesse âmbito, são ofertadas participações em eventos voltados à educação e formação profissional.

Os projetos realizados geram **fomento à inovação e pesquisa**, em como à publicação e divulgação.

Essas estratégias de capacitação, visam proporcionar que os professores do SENAC estejam sempre preparados para oferecer um ensino de qualidade e que atenda às necessidades de seus alunos e do mercado de trabalho.



## **Número de PCD's matriculados no SENAC em 2023**

De acordo com relatório cedido pela instituição, em todo estado foram 284 alunos com deficiência (PCDS) matriculados em diversos cursos, como: Auxiliar administrativo, Corte e costura, Técnico em enfermagem, Informática Básica, Atendente de farmácia, Cabeleireiro, Serviços de Vendas, Atacado e Varejo.

A formação profissional causa grande impacto na vida dessas pessoas, pois, proporciona o desenvolvimento de habilidades, confiança e oportunidades que serão fundamentais para uma vida independente e produtiva.

Dessa forma, esses profissionais concluem os cursos com a geração de competências sociais, interpessoais, fundamentais para o trabalho em equipe.

Assim, também veem o acesso e aumento da empregabilidade no mercado de trabalho, com qualificações adequadas.



A inserção no mercado de trabalho gera maior segurança financeira permitindo que as PCDS assumam o controle de suas vidas. Concomitante à realização pessoal e profissional, esse público também colabora com a economia do Estado, aumentando a força de trabalho e a produtividade geral.





## O que é a Lei da Aprendizagem?

A Lei da Aprendizagem, nº 10.097/2000, também conhecida como Lei do Primeiro Emprego, é uma legislação brasileira que estabelece a obrigatoriedade das empresas de médio e grande porte contratarem jovens aprendizes. O principal objetivo dessa lei é promover a inclusão social e profissional dos jovens por meio da educação técnico-profissional. O contrato deve prever uma jornada de trabalho que permita a frequência do aprendiz à escola (no caso de menores de 18 anos) e à formação técnico-profissionalizante metódica (Brasil, 2000).



Os aprendizes recebem remuneração pelo trabalho, de acordo com a carga horária e o salário mínimo – hora, têm direito a todos os benefícios trabalhistas, como: férias, 13 salários, FGTS e vale-transporte. Também devem ter um acompanhamento pedagógico e um responsável pela formação dentro da empresa. A formação teórica deve ser ministrada por instituição qualificada, como o sistema S.

A lei da Aprendizagem facilita a transição da escola para o mundo do trabalho, combate à evasão escolar e o trabalho infantil, além de promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens no mercado de trabalho, propiciando uma experiência prática em uma profissão ao mesmo tempo que continuam seus estudos.

### **Inclusão Social (PSG)**

O SENAC se empenha em promover a inclusão social através do Programa Social de Gratuitidade (PSG), que oferece cursos gratuitos a pessoas de baixa renda. Isso amplia o acesso à educação e contribui para a redução das desigualdades sociais. O processo de oferta de cursos envolve várias etapas, garantindo a transparência e o acesso equitativo aos interessados.



A seguir descrevo como geralmente acontecem as etapas:

**a | Divulgação dos cursos:** através do site, unidades de ensino, com as informações do curso, pré-requisitos, datas, locais e data de inscrição.

**b | Inscrições:** as inscrições são abertas ao público, de forma online ou presencial, onde é preenchido um formulário em que são solicitadas informações pessoais e socioeconômicas, pois, o programa é destinado a pessoas que a renda familiar mensal per capita não ultrapasse dois salários mínimos.

**c | A seleção de candidatos:** a seleção é feita baseada nos critérios do PSG, priorizando os candidatos que atendam os requisitos da renda e que possuam o perfil adequado para o curso.

**d | Matrícula:** Os candidatos selecionados são convocados para realizarem a matrícula e levarem os documentos comprobatórios.

**e | Início das aulas:** após a matrícula, os alunos iniciam as aulas de acordo com cronograma definido pelo SENAC.



**f | Acompanhamento e Avaliação:** durante o curso, os alunos recebem acompanhamento pedagógico e têm seu desempenho acompanhado regularmente.

**g | Certificação:** ao concluir o curso, com aproveitamento satisfatório, os alunos recebem um certificado de conclusão, reconhecido nacionalmente, que pode auxiliar na inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

**h | Feedback e melhoria contínua:** o SENAC coleta feedback dos alunos sobre o curso e o programa PSG a fim de aprimorar continuamente a oferta e execução dos cursos.

### **Lei de Cotas para o mercado de trabalho**

Estabelecida pela Lei nº 8.213/1991, essa lei determina que empresas com 100 ou mais funcionários devem reservar uma porcentagem que variam de 2 a 5% de suas vagas para a contratação de pessoas reabilitadas ou com deficiência, que vai variar de acordo com o número de funcionários que a empresa possuir em seu quadro (Brasil, 1991).



Ela tem o objetivo de garantir a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. O cumprimento da lei é fiscalizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). As leis de cotas têm sido fundamentais para promover a inclusão social e a diversidade, oferecendo oportunidades para grupos que tradicionalmente enfrentam barreiras significativas.





## Contratação dos Aprendizes

### Como acontece a seleção dos aprendizes?

**a** | O empregador dispõe de total liberdade para selecionar o aprendiz, desde que observada a prioridade conferida aos adolescentes e jovens, e obedecidas as diretrizes próprias do Programa.

**b** | O contrato pode ser prorrogado ou renovado? Não. O conteúdo preestabelecido pelo Programa e do contrato, embora especial, é por prazo determinado, não podendo ser estendido ou renovado.

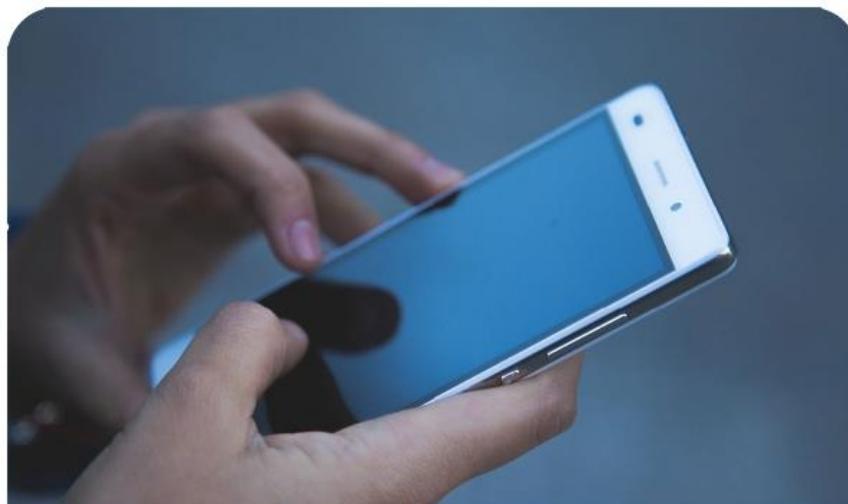
**c** | Segmentos que mais contratam aprendizes em Aracaju/SE.



Historicamente, os setores que demonstram maior receptividade na contratação de aprendizes são: o comércio varejista, principalmente lojas, supermercados, farmácias, centros comerciais e shoppings. Em seguida, o segmento de serviços, como: empresas de serviços, funções administrativas, de call center, agência de viagens, de limpeza e urbanismo. Os principais benefícios para os aprendizes são: a formação prática e teórica, o desenvolvimento de habilidades, e a oportunidade de efetivação nas empresas. Em parceria com o SENAC aproximadamente duzentas empresas realizam contratações de jovens aprendizes, como por exemplo, Gbarbosa, Grupo Pão de Açúcar, Infonet, Riachuelo, Marisa, Lojas Americanas, Hospital São Lucas, Alma Viva, BTS – Terceirização de Serviços e muitas outras.

**d |** As entidades com ambientes e/ou funções perigosas, insalubres ou penosas são obrigadas a contratar aprendizes?

Sim. Essas empresas devem realizar a contratação de jovens, na faixa etária entre 18 a 24 anos, sendo-lhes garantida a percepção do adicional respectivo relativamente às horas trabalhadas.



## Dúvidas frequentes dos aprendizes

### 1 | Como devo me comportar no ambiente de trabalho?

**R:** Mostre postura profissional, sendo pontual, proativo, comunicativo e respeitoso com todos. Mostre que está sempre disposto a aprender.

### 2 | Como aumentar meus contatos no ambiente de trabalho?

**R:** Inicie conversas informais, aproveite os eventos e/ou cursos ofertados pela empresa, para conhecer pessoas novas, esteja disponível para ajudar, use as redes sociais e os meios informacionais a seu favor.



### **3 | Devo me apegar a um setor e/ou às pessoas que mais me identifiquei?**

**R:** Valorize as conexões com pessoas e setores que você gosta, assim, poderá se aprofundar em determinadas atividades e ganhar notoriedade. Porém, é importante, que não se feche a novas oportunidades, que poderão contribuir para o seu crescimento profissional e pessoal.

### **4 | Quais os principais fatores que podem contribuir para minha efetivação após o contrato de jovem aprendiz?**

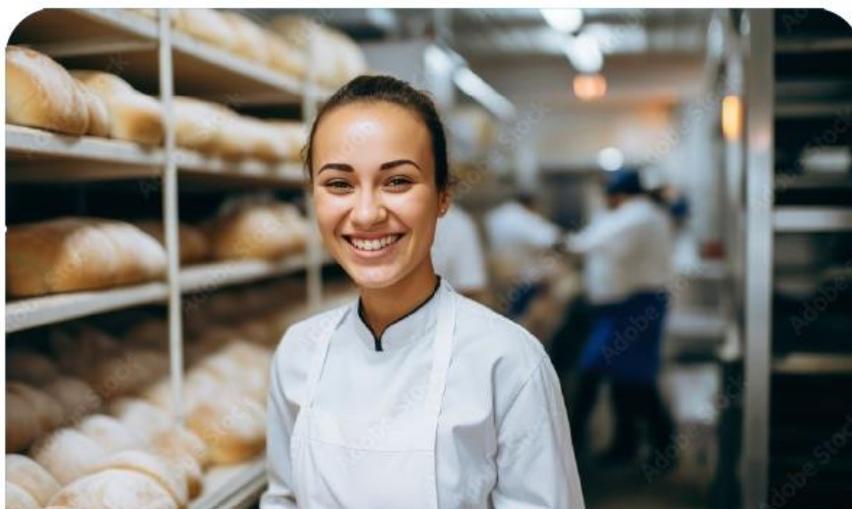
**R:** É importante ressaltar algumas habilidades que lhe trarão maiores chances de contratação efetiva, como, desempenho consistente, ou seja, demonstre competência e comprometimento nas tarefas, iniciativa e proatividade, vá além do que é esperado, habilidades de comunicação, mantenha uma comunicação objetiva, clara e direta, com seus colegas, supervisores e clientes. Adapte-se à cultura da empresa, alinhe-se aos valores organizacionais, construa bons relacionamentos, sendo respeitoso e colaborativo.



Mostre que você é confiável e responsável e aproveite as oportunidades de cursos, treinamentos e crescimento junto à empresa.

**5 | Como este produto pode de forma prática contribuir para a empregabilidade dos jovens?**

**R:** Este livreto traz as principais informações sobre a Lei da Aprendizagem, as formas de contratação, a atuação dos jovens no mercado de trabalho, utilizando uma linguagem de fácil entendimento, dessa forma, conseguimos ampliar o raio de acesso à comunidade e aos contratantes.



## Cursos de Aprendizagem ofertados pelo Senac

Aprendizagem em serviços administrativos, Serviços de vendas, supermercados, atacado e varejo, asseio e conservação, telemarketing, postos de combustíveis.

Os cursos são divididos em Unidades Curriculares e subdivididos em Indicadores, com carga horaria definida e conteúdos programáticos estabelecidos em nosso Plano de trabalho Docente (PTD), com o objetivo do desenvolvimento de competências e habilidades que poderão ser colocadas em pratica no ambiente de trabalho.



De acordo com o PTD, os cursos possuem seis Unidades curriculares em comum, que são:

**| UC1 |** Desenvolvimento socioemocional: são trabalhados aspectos como inteligência emocional, autoestima, socialização, compreensão do mundo do trabalho, oratória, trabalho em equipe.

**| UC2 |** Bem – estar pessoal e social do jovem: Desenvolvimento de atitudes que promovam a saúde conforme seu contexto de vida, Diversidade humana, Prevenção ao uso de drogas; Políticas públicas.

**| UC3 |** Recursos Tecnológicos no contexto social e do trabalho: Contextualização sobre o uso de recursos tecnológicos de acordo com as necessidades sociais e do trabalho. O papel da tecnologia em nossas vidas.

**| UC4 |** LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS no contexto social e do trabalho: Interpretação e elaboração de documentos, imagens e gráficos de forma crítica e contextualizada.



**| UC5 |** Letramento matemático e educação financeira: Realização de cálculos matemáticos básicos em operações diárias considerando o tipo de problema. Educação Financeira.

**| UC6 |** Laboratório juventude ou Projeto Integrador: Trabalho de pesquisa, produção e apresentação oral da turma orientada pelo instrutor (a), como fechamento desse primeiro ciclo, em que são vinculados ao tema escolhido pela turma, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ,criada pela Organização das Nações Unidas ( ONU) , aliadas as 7 Marcas Formativas SENAC ( Protagonismo juvenil, autonomia, sustentabilidade, inovação, trabalho em equipe, consciência digital, e atitude empreendedora) com o objetivo de promover o desenvolvimento de competências socioambientais e cidadãs ,alinhando os jovens aos desafios globais e as demandas do mercado de trabalho.

A partir daí os cursos passam a ter Unidades Curriculares específicas, em que são trabalhados temas, competências e habilidades de acordo com as exigências e demandas de mercado , para a ocupação de suas funções.

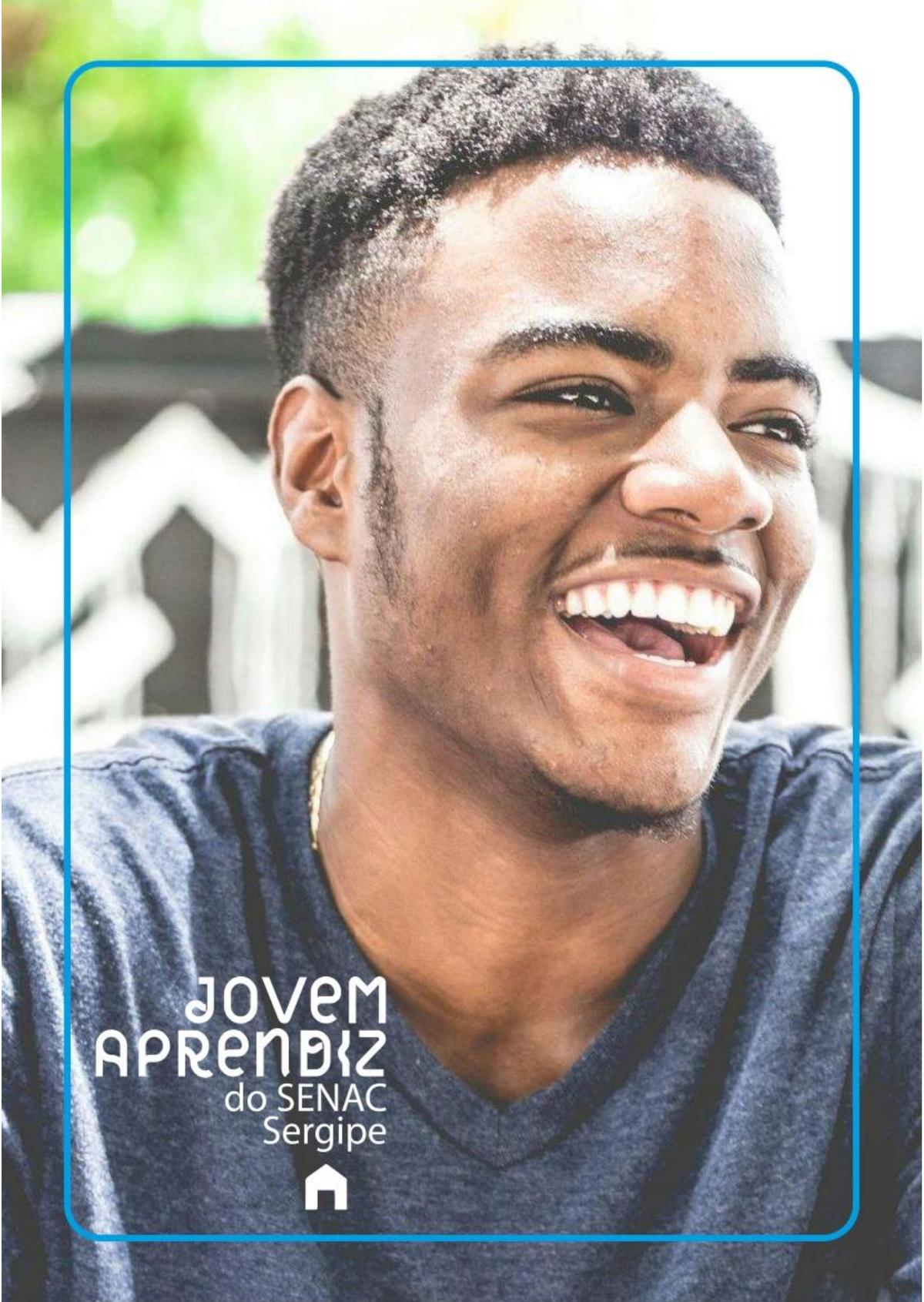


## Referências



BRASIL. **Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 1991. Disponível em: Acesso em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8213-24-julho-1991-363650-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF: DOU, 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10097.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm). Acesso em: 12 maio 2023.



JOVEM  
APRENDIZ  
do SENAC  
Sergipe

